

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

A Região de Lisboa e Vale do Tejo¹

Alfredo Bruto da Costa; Isabel Baptista; Ana Cardoso; Sofia Rasgado

Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS)

INTRODUÇÃO

O presente estudo corresponde a uma solicitação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, no sentido de, em breve espaço de tempo, se proceder a uma **actualização, sistematização e análise** da informação disponível sobre a pobreza e a exclusão social em meios urbanos.

Neste primeiro relatório, e de acordo com o faseamento previsto na proposta de trabalho aprovada, dá-se conta do trabalho realizado sobre a situação na **Região de Lisboa e Vale do Tejo**.

Convirá, desde já, referir algumas considerações de carácter **metodológico** sobre este estudo, indispensáveis a uma leitura e apreciação informada da análise realizada.

Em primeiro lugar, uma breve referência à unidade territorial em questão: Lisboa e Vale do Tejo. Mais do que uma opção, tratou-se verdadeiramente de uma condição. Face à inexistência de uma unidade estatística que, do ponto de vista da análise das manifestações urbanas da pobreza e exclusão social, se pudesse considerar mais pertinente – como seria o caso da Área Metropolitana de Lisboa – adoptou-se a única unidade estatística que permitiria a análise dos dados estatísticos relevantes.

¹ Este trabalho foi realizado em 1998, no âmbito da preparação do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006.

Com efeito, o Inquérito aos Orçamentos Familiares – instrumento estatístico comprovadamente importante na análise deste tipo de fenómenos – apenas garante representatividade estatística ao nível das NUTS II. Neste sentido, optou-se por analisar os dados do IOF relativos à NUTS Lisboa e Vale do Tejo.

No que se refere ao Painel dos Agregados Domésticos Privados da União Europeia e após uma primeira abordagem à informação estatística relativa à primeira vaga (1993) ao nível das NUTS II, verificou-se a existência de problemas ao nível da fiabilidade dos dados. Esta a razão por que se julgou preferível não usar os dados do Painel ao nível das NUTS II (segundo informação do EUROSTAT, os dados ao nível de NUTS II devem ser tomados com reserva quanto à sua fiabilidade). Os dados do Painel foram, contudo, utilizados a nível nacional, na análise comparada dos diversos estudos sobre a medição da pobreza em Portugal, na década de 90.

Ainda no que se refere a opções metodológicas, o presente estudo baseia-se preponderantemente na **análise secundária** da informação disponível sobre a pobreza enquanto fenómeno urbano multidimensional. Esta informação consiste quer em dados estatísticos (IOF, Painel, Inquérito ao Emprego, dados do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça e outros), quer em estudos e levantamentos de natureza académica ou da responsabilidade da administração local ou da sua tutela.

No caso da informação estatística relevante, procedeu-se, em primeiro lugar, à identificação e sistematização dos dados disponíveis nas diferentes fontes e, seguidamente, à análise dos mesmos, o que, no caso do Painel e do IOF, implicou a construção de linhas de pobreza e o tratamento informático (através do “package” estatístico SPSS) dos referidos dados.

No caso específico da informação estatística disponibilizada pelo INE (IOF 94/95 e primeira vaga do Painel), procedeu-se a uma **análise empírica** dos micro-dados neles contidos, relativos, no primeiro caso, à Região de Lisboa e Vale do Tejo e, no segundo, ao território nacional.

O recurso (quase) exclusivo à análise secundária constituiu a opção metodológica mais adequada à prossecução dos objectivos do presente estudo, tendo em conta o horizonte temporal de realização do mesmo (dois meses).

Convirá, por último, referir alguns dos **factores que condicionaram** o desenvolvimento do estudo que agora se apresenta. Para além das questões, anteriormente mencionadas, relativas à inexistência de uma unidade estatística que permita, de forma mais precisa, analisar o fenómeno da pobreza na Área Metropolitana de Lisboa, os principais obstáculos surgiram na obtenção, em tempo útil, das informações solicitadas a vários organismos.

Com efeito, e apesar das iniciativas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, no sentido de favorecer a colaboração dos diversos departamentos na disponibilização da informação pertinente, os tempos envolvidos nesses procedimentos, em vários casos, quase que esgotaram o próprio prazo para a realização do estudo. Não se tratou, em nenhum caso, de adiamento propositado em fornecer a informação, mas apenas de formas de funcionamento dos serviços, as quais dificilmente se compadecem com a necessidade de obter respostas rápidas a este tipo de solicitações.

I. CONCEITOS E ASPECTOS METODOLÓGICOS

1. BREVE RESENHA DOS CONCEITOS DE POBREZA

A quantificação e a caracterização da pobreza tem, por detrás, um determinado conceito de pobreza. Os estudos realizados sobre a pobreza na Europa e no mundo utilizam diversos conceitos, cada qual com seus defensores e críticos e, por vezes, preferidos mais por razões de natureza prática – existência de dados de base, a necessidade de comparações internacionais, etc. – do que por critérios científicos.

Não é este lugar para tratamento desenvolvido do tema. Mas importa dizer algo sobre os conceitos mais correntes e sobre a razão da escolha de um deles para os fins deste estudo.

Distinguem-se, desde logo, duas grandes famílias de conceitos. A primeira, que integra os conceitos *objectivos*, é cronologicamente anterior e a mais amplamente utilizada, e a segunda, a dos conceitos *subjectivos*, desenvolvidos sobretudo na Holanda (por B. van Praag) e na Bélgica (por H. Deleeck).

Os conceitos *objectivos* pressupõem a possibilidade de definir a pobreza a partir da observação e do estabelecimento de limiares de pobreza assentes em critérios *objectivamente* induzidos ou deduzidos. A importante tradição britânica de estudos sobre a pobreza assenta neste tipo de conceitos. Não se ignora que qualquer estudo ou definição, mesmo que se queira *objectivos*, não estão libertos de *subjectivismos* inerentes às múltiplas opções e escolhas que o cientista tem de fazer. Trata-se, no entanto, de uma *subjectividade inevitável e indesejada*.

Diversamente, os defensores dos conceitos *subjectivos* entendem que a pobreza deve ser definida por via *subjectiva*. Neste caso, trata-se de um *subjectivismo intencional*. Em termos gerais, trata-se de inquirir a sociedade sobre o que entende por pobreza – ou seja, sobre quanto entende ser necessário, em recursos, para se não ser pobre – e extrair, por via estatística, a definição de pobreza que daí se retira.

Dentro da perspectiva *objectiva*, existem duas correntes distintas: uma, a mais antiga, correntemente designada por *absoluta* (preferimos designá-la, antes, por *normativa*) e a outra considerada como *relativa* (ou *comportamental*). Se bem que correntemente apresentados como conceitos alternativos, preferimos considerá-los como complementares. Aliás, a maior parte dos estudos, mesmo quando predominantemente orientada pelo conceito normativo, não consegue evitar as influências de critérios relativos.

Em certo sentido, o que se disse dos dois conceitos objectivos pode dizer-se das duas grandes famílias de conceitos: a objectiva e a subjectiva. É mais correcto considerá-las como complementares, e não alternativas. Com efeito, o tipo de informação que uma e outra recolhem e tratam tem valor próprio, sendo, porventura, mais por razões de custo do que por outra qualquer que são utilizadas em alternativa.

Dadas as limitações de tempo e de informação de base, adoptámos, aqui, apenas um conceito objectivo: o *relativo*. O intuito de situarmos o caso português no âmbito dos Estados-membros da União Europeia e a maior rapidez de aplicação do método relativo conduziram a essa opção. Pelos mesmos motivos, definimos a linha de pobreza em termos monetários, utilizando, para o efeito, o rendimento disponível dos agregados domésticos.

Deve sublinhar-se que a escolha desses conceitos e metodologias se deve a razões de mero pragmatismo, que não de ordem científica, caso em que teria sido outra a preferência e a opção.

2. METODOLOGIA ADOPTADA PARA A MEDIÇÃO DA POBREZA

Naturalmente, a escolha de um conceito de pobreza repercute-se na metodologia para a medição da pobreza. Também aqui, como se sabe, existem diversas metodologias, mais ou menos sofisticadas e mais ou menos influenciadas pela estatística. Uma vez mais, razões de prazo e de comparabilidade levaram a adoptarmos metodologias tão próximas quanto possível das utilizadas pela EUROSTAT.

Neste entendimento, a linha de pobreza foi colocada a **50% da média do rendimento disponível equivalente**. Para o efeito, utilizou-se a *escala de equivalência de Oxford modificada* (também conhecida por *escala OCDE modificada*). São estes os parâmetros básicos em que têm assentado as estimativas **mais recentes** da EUROSTAT sobre a pobreza nos Estados-membros da União Europeia.

Não se trata, de modo algum, de uma metodologia pacífica, utilizando-se alternativamente a **mediana**, a qual, porém, não é sensível aos valores extremos da distribuição. Em países com elevado grau de desigualdade, como é o caso de Portugal no contexto

Europeu, parece, pois, mais correcto utilizar a **média** para a estimativa da linha de pobreza.

Por outro lado, a adopção da **escala de equivalência da OCDE modificada** “penaliza” as famílias com mais jovens e crianças, baixando, o valor da correspondente linha de pobreza. Seria importante sujeitar as diversas escalas (sobretudo as mais usadas) a testes de sensibilidade e optar pela que melhor se ajustasse à população portuguesa. Não foi, porém, possível realizar esses ensaios no âmbito deste trabalho.

O afastamento dos critérios utilizados pela EUROSTAT nestas matérias, viria, naturalmente, dificultar as comparações internacionais, pelo que se preferiu manter, neste estudo, os parâmetros e critérios utilizados por aqueles serviços da UE.

II. POBREZA - UMA PERSPECTIVA COMPARADA

1. PORTUGAL NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA²

Segundo dados respeitantes a 13 Estados-membros da União Europeia (não incluem a Finlândia e a Suécia), em 1994, Portugal apresentava o segundo maior grau de desigualdade, com um coeficiente de Gini de 0,38 (0,39 para a Irlanda), sendo o País com o maior rácio entre a proporção do rendimento monetário líquido entre os decis extremos. (Quadro 1).

Quadro 1

Percentagem de rendimento monetário líquido nalguns Estados-membros da UE 1994

	Bel	Din	Ale	Gre	Esp	Fra	Ire	Ita	Lux	Hol	Aus	Por	RU
Decis 1 e 2	8,0	10,0	8,0	6,0	6,0	8,0	7,0	7,0	8,0	8,0	8,0	6,0	7,0
Decis 9 e 10	38,0	34,0	38,0	43,0	41,0	39,0	43,0	38,0	39,0	41,0	38,0	44,0	42,0
Racio: (9+10)/(1+2)	4,75	3,70	4,75	7,17	6,83	4,87	6,14	5,43	4,87	5,12	4,75	7,33	6,00
Coef. Gini	0,31	0,23	0,32	0,36	0,36	0,33	0,39	0,34	0,33	0,37	0,32	0,38	0,35

Fonte: Dados de base fornecidos pela EUROSTAT.

² As estimativas apresentadas nesta secção foram fornecidas pela EUROSTAT ou assentam em dados de base facultados pela EUROSTAT.

É sabido que a desigualdade e a pobreza, embora fortemente relacionadas na maior parte dos casos, constituem realidades distintas. A primeira é, fundamentalmente, uma grandeza relativa e comparativa, ao passo que a segunda – a pobreza – é uma situação que tem a ver com a possibilidade de satisfazer as necessidades básicas e de participar nos hábitos e costumes correntes em cada sociedade. Todavia, a desigualdade é, por vezes, um dos factores explicativos da pobreza, como parece acontecer com Portugal, quando se observa que a Grécia, tendo um PIB *per capita* inferior ao português, apresenta uma taxa de pobreza inferior à nossa, como adiante se verá.

Com efeito, Portugal é o Estado-membro em que a taxa de pobreza referente aos **agregados domésticos** é a mais elevada da União Europeia. Em 1994, a linha de pobreza para Portugal, situada em 50% do rendimento mensal médio equivalente³, era de 44 381\$00. Em paridade de poder de compra, correspondia ao valor mais baixo da União (324, contra 391 para a Grécia e 952 para o Luxemburgo). Com base nesse limiar, a taxa de pobreza no país era de 26% para os agregados domésticos e de 24% para os indivíduos.

Quadro 2

**Taxas de Pobreza
1994**

	Bel	Din	Ale	Gre	Esp	Fra	Ire	Ita	Lux	Hol	Aus	Por	RU
Agregados (%)	12	8	15	23	20	18	25	15	14	13	15	26	23
Indivíduos (%)	16	6	16	21	21	17	26	18	15	16	16	24	24

Fonte: EUROSTAT.

Uma primeira inferência destes valores, aliás confirmada por outros estudos realizados entre nós, é a de que a dimensão da família não explica a pobreza em Portugal. Com efeito, a dimensão média dos agregados pobres é inferior à da média do total dos agregados. Nestas condições, é fundamentalmente na **escassez de recursos** que se deve procurar essa explicação. O Quadro 2 permite observar as taxas de pobreza nos 13 países da União.

³ Em rigor, este limiar é sobretudo um indicador de desigualdade. Todavia, vem sendo usado pela Comissão Europeia desde os primeiros estudos sobre a pobreza na então Comunidade, no pressuposto de que, calculado para cada Estado-membro, reflecte uma situação de pobreza, ou seja, de recursos tão baixos que não permitem um modo de vida aceitável na respectiva sociedade.

2. A POBREZA EM PORTUGAL NOS ANOS 90: ANÁLISE COMPARADA

A presente secção incide sobre a análise da pobreza em Portugal, através de uma reflexão comparada dos estudos disponíveis que, do ponto de vista metodológico, privilegiaram abordagens diversas para a medição da pobreza.

Embora recorrendo a opções metodológicas diversas no que se refere ao estabelecimento da linha de pobreza e à escolha das medidas adequadas – aspecto que aqui não cabe discutir – trata-se de trabalhos de importância chave⁴ no contexto da produção científica nacional sobre a problemática da pobreza e sua caracterização nos anos 90, cujos resultados têm representatividade a nível nacional.

As fontes estatísticas utilizadas nos diferentes estudos são os Inquéritos aos Orçamentos Familiares de 1989/90, a primeira vaga do Painel dos Agregados Domésticos Privados da União Europeia (ano de referência 1993) e um Inquérito lançado em 1995 pelo Departamento de Estatística do Ministério para a Qualificação e o Emprego.

No que se refere às taxas de pobreza para o continente, são os seguintes os valores obtidos⁵:

Quadro 3

Taxas de Pobreza

	Estudo 1 1989	Estudo 2 1989	Estudo 3 1994	Estudo 4 1995
Taxa de pobreza (agregados)	22	26	26	18
Taxa de pobreza (indivíduos)	21	27	24	n.d.

NOTA: Estudo 1 - Bruto da Costa, Alfredo (1992) *The Paradox of Poverty – Portugal 1980-1989*, PhD Thesis, University of Bath (mimeo).

Estudo 2 - Ferreira, Maria Leonor Bastos de Vasconcelos (1997) *Teoria e Metodologia da Medição da Pobreza - Aplicação à situação portuguesa na década de oitenta*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.

Estudo 3 - Dados disponibilizados pelo EUROSTAT, para este estudo, relativos à 2ª vaga do Painel. Apenas para a taxa de pobreza foi possível utilizar dados da 2ª vaga; todos os restantes dados relativos ao Painel se referem à 1ª vaga e respectiva análise realizada pela equipa deste estudo.

Estudo 4 - Departamento de Estatística (1995) *Caracterização da Pobreza em Portugal - Março/Abril 1995*, Lisboa, Ministério para a Qualificação e o Emprego.

⁴ No caso concreto dos dados relativos à primeira vaga do Painel dos Agregados Domésticos Privados da União Europeia trata-se de resultados obtidos, no âmbito deste trabalho, através da análise estatística dos dados disponibilizados pelo INE. Não se trata, pois, de nenhum estudo anteriormente publicado ou divulgado.

⁵ No caso do estudo 3 a taxa de pobreza refere-se não ao Continente, mas a Portugal.

Uma primeira conclusão que é possível retirar quando se comparam os valores do quadro acima é a de uma estabilidade relativa dos valores da incidência da pobreza entre o final da década de 80 e os meados da de 90. Apenas no Estudo 4 se verifica uma taxa substancialmente diferente das restantes, o que decorre, antes de mais, do facto de, neste estudo, ter sido utilizada uma metodologia de medição da pobreza totalmente diversa da dos estudos anteriores e que, embora se encontre apenas parcialmente explicada no respectivo relatório, se baseia na atribuição de factores diferentes de valoração na identificação de áreas de carência entre os agregados inquiridos.

Pelo que se refere à incidência da pobreza em termos regionais, são de realçar os seguintes aspectos:

- forte **incidência** da pobreza no **Alentejo**, atingindo cerca de 30% dos agregados em 1989 (Estudos 1 e 2) e em 1994/95 (dados do IOF) e 37% dos agregados do Distrito de Beja em 1995 (Estudo 3);
- em termos da **distribuição regional** da pobreza, a **Região de Lisboa e Vale do Tejo** surgia ou com os valores mais elevados em 1989 (60% dos agregados pobres do continente localizavam-se nesta região, de acordo com o Estudo 1) ou em segundo lugar, de acordo com o Estudo 2 (29% dos agregados pobres); os dados do IOF 94/95, apontam uma vez mais para uma distribuição regional da pobreza onde sobressai a região de Lisboa e Vale do Tejo com o valor mais elevado (34% dos agregados pobres do continente localizavam-se nesta região);

Nos dois estudos realizados com base no IOF de 1989/90 (Estudos 1 e 2), os respectivos autores procederam a uma diferenciação das linhas de pobreza rural e urbana, tendo-se verificado, uma maior incidência em meio rural: 32% das famílias residentes em meios rurais são pobres, contra 20% das residentes em meio urbano (Estudo 2), embora esse valor suba para 22% nos concelhos de Lisboa e Porto. Não deixa contudo de ser significativo o facto de, ao nível de intensidade da pobreza, a situação surgir como particularmente grave nos principais centros urbanos: embora “a pobreza continue a ser predominantemente rural, a situação é qualitativamente pior nos centros urbanos”. (Bruto da Costa: 1992).

No que se refere à incidência da pobreza por tipo de família, quer os estudos realizados em 1989, quer os relativos a 1993 (1ª vaga do painel) e a 1995, apontam a **situação** particularmente **vulnerável** das pessoas **isoladas** (valores acima dos 35%, quer para 1989 quer para 1993) e, em particular, das famílias representadas por idosos; os dados para 1995 referem-se ao facto de a maior parte das famílias em situação de pobreza ser constituída por uma única pessoa ou duas pessoas (cerca de 30% em ambos os casos) e de mais de metade dos representantes de famílias pobres ter mais de 65 anos de idade.

Também as famílias monoparentais se mantêm, entre 1989 e 1993, como um dos grupos onde a incidência da pobreza surge como particularmente elevada (cerca de 31% em 1989 e 27% em 1993; esta última percentagem refere-se a famílias monoparentais com crianças de idade inferior a 16 anos).

Outros aspectos relevantes dizem respeito à relação entre a vulnerabilidade dos agregados e as características dos seus representantes. Entre aqueles aspectos que denotam uma certa continuidade entre 1989 e 1995, salientam-se os seguintes:

- **maior vulnerabilidade** dos agregados representados por **mulheres**;
- **maior incidência da pobreza** à medida que **diminui o nível de instrução** do respectivo representante; em 1995 (Estudo 4), 60% dos representantes das famílias pobres não tinham completado a escolaridade obrigatória; segundo dados do IOF 1989/90, a composição da população pobre por grau de instrução do representante apontava para a existência de 48% de indivíduos sem qualquer grau de ensino;
- **forte incidência da pobreza** entre os agregados que dependem de **pensões** como principal fonte de receita: em 1993, os dados do Painel apontavam para o facto de 36% dos indivíduos (com 16 e mais anos) que vivem em agregados cuja principal fonte de receita é uma pensão se encontra em situação de pobreza;

Finalmente, refiram-se alguns aspectos decorrentes do facto de a natureza dos dados disponíveis (nomeadamente a primeira vaga do Painel relativa a 1993) ter permitido explorar novas dimensões de análise das situações de pobreza:

- uma **fragilidade** evidente do **trabalho por conta própria**, visível numa elevada incidência da pobreza em indivíduos nesta situação (segundo dados do Painel em 1993, cerca de 28%, mais elevada ainda do que entre os desempregados, cerca de 24%);
- forte incidência da pobreza entre os trabalhadores **familiares não remunerados** (46%);
- forte correlação entre a **entrada precoce no mercado de trabalho** e a vulnerabilidade à pobreza: mais de metade (53%) dos indivíduos pobres com idade igual ou superior a 16 anos começou a trabalhar com menos de 14 anos;
- **elevados níveis de privação não monetária entre os agregados pobres**, entre os quais sobressaem os seguintes: 47% dos agregados pobres não dispõem de água quente no seu alojamento; 36% não tem instalações sanitárias no interior da

habitação; 38% refere não poder ter telefone por razões económicas; 29% não pode comer carne dia sim, dia não; e, finalmente, 93% afirma não ter possibilidade de fazer poupanças.

III. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO DO PAÍS

1. O PROCESSO DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

O crescimento urbano em Portugal é um processo que se inicia nos anos 50 e se consolida na década seguinte. O protagonismo da Região de Lisboa e Vale do Tejo a este nível é bem visível – se a população residente no Continente decresceu, entre 1960 – 70, devido à emigração e à Guerra Colonial, a população de Lisboa e Vale do Tejo cresceu cerca de 13%; mais acentuado é ainda o crescimento que se verifica na década seguinte (28,9%). E se a partir de 80, os ritmos de crescimento não são tão significativos como anteriormente, a população da Região de Lisboa e Vale do Tejo tem vindo a apresentar sempre um aumento superior ao registado no Continente.

Deste processo de crescimento demográfico resultou que, **em 1995, aquela Região concentrava 35% da população residente no Continente.**

Quadro 4
População Residente no Continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo
1960-1995

Anos	População Residente Continente (a)	Região de Lisboa e Vale do Tejo	% (b/a)	Períodos	Continente Variação Populacional	RLVT Variação Populacional
1960	8.292.975	2.223.369	27		%	%
1970	8.123.310	2.524.665	31	1960-1970	-2,05	13,55
1981	9.336.760	3.254.728	35	1970-1981	14,94	28,92
1991	9.371.319	3.292.108	35	1981-1991	0,37	1,15
1995	9.421.980	3.310.470	35	1991-1995	0,54	0,56

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1960, 1970, 1981, 1991; Anuário Estatístico 1996.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo deve, no entanto, ser encarada como uma região relativamente heterogénea, já que abrange zonas com carácter ainda marcadamente agrícola/rural, como sejam a Lezíria do Tejo e a região Oeste, e outra, como a península

de Setúbal, com uma forte componente da actividade industrial mas onde o sector terciário está em franco crescimento. Também inserida na Região está a Grande Lisboa que certamente a vai a marcar com o seu próprio ritmo de industrialização e terciarização e sua capacidade de atracção populacional.⁶ Com efeito, já em 1960 a população da Grande Lisboa representava 53% da população residente na Região de Lisboa e Vale do Tejo e 13,3% da residente no Continente. Em 1995, essas percentagens eram de, respectivamente, 55,4% e 18,5%.

Quadro 5

População residente na Grande Lisboa - relação com a população do Continente e da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1960 - 1995

	(%)	
	Grande Lisboa/ Continente	Grande Lisboa/ Lisboa e Vale do Tejo
1960	13,3	53
1970	16	54,6
1981	18,8	56,9
1991	18,6	55,6
1995	18,5	55,4

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1960, 1970, 1981, 1991; Anuário Estatístico 1996.

Este crescimento demográfico que se verificou na **Região de Lisboa e Vale do Tejo, e muito acentuadamente na Grande Lisboa, em particular nas décadas de 60 e 70, corresponde, ao nível do país, ao aumento dos desequilíbrios na distribuição espacial da população do Continente: acentuou-se a bipolarização urbana em torno de Lisboa e do Porto** e cresceram as regiões que já eram as mais densamente povoadas e que se situam no litoral. Utilizando dados apresentados por J. Manuel Nazareth (1988) verifica-se que, entre 1960 e 1980, o Norte Litoral, o Centro Litoral e o Algarve aumentaram, respectivamente, de 15,1%, 5% e 2,8%, enquanto que o Norte e Centro Interior e o Alentejo viram diminuir a sua população em 20% e 24,4%, respectivamente.

Como consequência deste mesmo processo, criaram-se novos focos de crescimento, internos à própria Região de Lisboa e Vale do Tejo. A constituição da Grande Lisboa é

⁶ Atracção, mas também repulsão dando origem à desertificação do centro e à constituição de periferias.

disso exemplo, já que ela corresponde à “metropolização” da capital, isto é, ao crescimento populacional dos concelhos envolventes de Lisboa através da fixação de uma população que, “atraída” pela capital, se vê expulsa para as suas periferias. A isto acresce, ainda, um movimento de repulsão de alguns dos moradores da cidade, que dela saem em busca de alojamento a preços mais acessíveis. À situação periférica, em termos geográficos, dos concelhos envolvidos neste processo acresce a sua suburbanização, através da dependência que os seus residentes mantêm com o emprego concentrado na capital, dando-se, assim, origem a fortes movimentos pendulares diários, das periferias para a cidade e desta para as periferias.

Assim, paralelamente ao crescimento populacional e urbanização da Grande Lisboa, verifica-se uma perda constante de população (com excepção da década de 80) no interior dos limites concelhios de Lisboa: o número de habitantes da capital baixou de 802 230, em 1960; para 663 404, em 1991.

Um outro pólo urbano importante é Setúbal, o qual, em certa medida, se vê envolvido nesta dinâmica criada por Lisboa, recebendo também ele alguma da população expulsa da/pela capital, mas acabando por gerar uma dinâmica própria em consequência da criação de emprego no sector industrial. Daí que a população da península de Setúbal tenha vindo a aumentar o seu “peso” entre a população residente na Região de Lisboa e Vale do Tejo (de 13% em 1960 para 20% em 1995).

2. OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Como é do conhecimento geral, o crescimento e as dinâmicas populacionais verificadas na Região de Lisboa e Vale do Tejo, e muito particularmente na Grande Lisboa, são resultado de movimentos migratórios de natureza distinta.

- Um primeiro, e o mais importante, que decorre da mobilidade geográfica de populações oriundas de outras zonas do país.

Estes movimentos começam a fazer-se já sentir no final do século XIX, em direcção à cidade de Lisboa, correspondendo, então, sobretudo, a um processo de “conquista” de uma população rural situada, na generalidade, no exterior próximo do distrito de Lisboa. Progressivamente, o “raio de atracção” vai aumentando.

A título ilustrativo, pode referir-se que, em 1981, 41,2% dos residentes no distrito de Lisboa eram naturais de outros distritos do país; entre 1960 e 1981, verificou-se um aumento da população migrante, na ordem dos 197%, contra um aumento dos naturais do distrito de

132%. As principais origens desses movimentos migratórios correspondem às zonas de maior decréscimo populacional no Continente: Norte Interior, Centro Interior e Alentejo, sendo também estas onde se verificou maior fluxo migratório em direcção ao estrangeiro.

- O segundo movimento diz respeito aos diferentes fluxos imigratórios que, desde a década de 60, se têm verificado, envolvendo sobretudo populações naturais dos países africanos de expressão portuguesa, mas que ao longo destas décadas têm trazido gentes de origens distintas e tido na base também causas diferentes.

Um primeiro momento desta imigração ocorreu entre meados da década de 60 até ao 25 de Abril de 1974. Nesse período, face à mobilização para a guerra colonial e, antes de mais, devido à emigração massiva, nota-se em Portugal uma relativa falta de mão-de-obra, em particular, na construção civil, pelo que o governo recorre, então, a contingentes de mão-de-obra cabo-verdiana, que é quase exclusivamente canalizada para aquele sector de actividade.

No período pós 25 de Abril, regista-se um forte retorno de populações portuguesas residentes em África como consequência das transformações políticas (e económicas) suscitadas pela descolonização. A partir de então, o aumento do número de imigrantes tem vindo sempre a aumentar, alargando-se, no entanto, a outros países, para além de Cabo Verde, que iniciou o processo.

Tomando como fonte Barreto (org.) (1996), a população estrangeira com residência legalizada em Portugal passou de 20 514 pessoas, em 1960, para 157 073 em 1994. De acordo com estudos realizados por Fernando Luís Machado (1997) o número de estrangeiros em Portugal aumentou 97%, entre 1986 e 1996 – de 86 982 para 170 962 indivíduos – sendo os anos de maior crescimento os compreendidos entre 1991 e 1996.

Apesar do progressivo crescimento destes movimentos, a **população estrangeira em Portugal representa, apenas, cerca de 1% da população residente**⁷. No entanto, certos aspectos conferem-lhe alguma especificidade:

- o facto de **cerca de metade dos estrangeiros ser oriunda de países africanos de expressão oficial portuguesa**, entre os quais as comunidades cabo-verdiana, angolana e guineense são as mais numerosas, embora a comunidade brasileira seja também expressiva e em franco crescimento;

⁷ 106 519 estrangeiros para 9 862 540 indivíduos residentes em Portugal, de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 1991 - INE.

- o facto de estes estrangeiros, e muito especialmente os de nacionalidade africana⁸, se concentrarem sobretudo na Região de Lisboa e Vale do Tejo (46,6% do total de estrangeiros e 57% dos africanos – INE, 1991). Por outro lado, é necessário ter em conta que mesmo no seio desta Região a distribuição espacial desta população é bastante desigual, havendo uma forte concentração em certos concelhos da Grande Lisboa – Lisboa; Amadora, Loures e Oeiras – e na região de Setúbal e Seixal, embora com percentagens mais baixas do que as registadas em qualquer dos concelhos anteriormente referidos (Malheiros, 1996);
- o quarto movimento que caracteriza o processo de urbanização da Região de Lisboa e Vale do Tejo, é composto por deslocações inter-concelhias, dentro da própria Região, que têm, sobretudo, subjacente a procura de habitação a preços mais acessíveis do que os praticados na capital do país. É como se a própria cidade se fosse “esvaziando” dos seus residentes e “alimentando” através deste movimento parte do crescimento dos concelhos que a envolvem. Repare-se como Lisboa passa de 802 230 habitantes, em 1960, para 591 480, em 1995, enquanto os restantes concelhos da área da Grande Lisboa não param de crescer.

A este “esvaziamento” da função residencial de Lisboa, correspondem a formação de áreas suburbanas com acentuado carácter de dormitório, e a existência de intensos movimentos de população que todos os dias se desloca à capital para aí exercer a sua actividade profissional. Isto tem como consequência um “estrangulamento” das redes de transportes públicos, e significa, para as populações um aumento do tempo de deslocação de casa-trabalho-casa, maior desgaste psicológico e maior fragilidade dos apoios familiares junto das crianças, dos jovens e dos idosos.

⁸ Através deste elemento – nacionalidade – o fluxo de imigrantes estará subestimado na medida em que haverá indivíduos de origem estrangeira que assumiram já a nacionalidade portuguesa.

Quadro 6
População residente por nacionalidade – Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo 1981 e 1991

	1991			1981		
	Portugal (1)	RLVT (2)	% (3=1/2)	Continente (4)	RLVT (5)	% (6=5/4)
Portuguesa (A)	9.705.998	3.230.963	33,3	9.222.468	3.197.915	34,7
Macau	34	19	55,9			
Timor Leste	37	29	78,4			
Estrangeira (B)	106.519	49.713	46,7	101.362	50.237	49,6
Europa	37.464	12.545	33,5	34.520	14.779	42,8
África (C)	36.598	28.357	77,5	46.280	29.341	63,4
Angola	9.365	5.462	58,3	18.824	7.227	38,4
Cabo Verde	15.702	14.153	90,1	18.458	17.101	92,6
Guiné Bissau	3.161	2.819	89,2	1.119	844	75,4
Moçambique	3.172	2.291	72,2	4.147	1.961	47,3
S. Tomé e Príncipe	2.007	1.817	90,5	1.542	1.331	86,3
Outros	3.191	1.815	56,9	2.190	877	40,0
Outros	32.451	8.806	27,1	20.554	6.117	29,8
Total da População Residente	9.862.540	3.292.108	33,4	9.336.760	3.254.728	34,9
(B/A)	1,1	1,5		1,1	1,6	
(C/B)	34,4	57,0		45,7	58,4	

Nota: A discrepância entre os valores deste quadro e os valores para o total da população residente deve-se a diferenças existentes nos próprios Censos.

3. OS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DE TERCIARIZAÇÃO

O crescimento populacional verificado na Região de Lisboa e Vale do Tejo, bem como o correspondente crescimento urbano do país, deveu-se, pois, essencialmente, a um movimento migratório do campo para a cidade. Para alguns autores, este movimento foi, antes de mais, comandado por um fraco desenvolvimento do espaço rural, ou seja, o que esteve em causa foi, sobretudo, uma forte repulsão das zonas rurais, devida às más condições de vida que, em geral, aí se faziam sentir, e não tanto a capacidade de atracção e de liderança do desenvolvimento industrial e do terciário, em curso na zonas urbanas, nomeadamente na zona da Grande Lisboa.

O processo de industrialização verificado na região da Grande Lisboa nas décadas de 50 a 70 baseou-se em actividades fortemente dependentes do petróleo e de matérias primas importadas, pelo que foi duramente atingido pelos sucessivos choques petrolíferos e pelo aumento do preço das matérias primas. Por outro lado, a aposta feita nas indústrias da construção e de reparação naval acabou por sofrer o impacto da crise internacional da indústria naval. Acresce que as produções viradas para o mercado interno acabaram por “suportar os custos de uma política de desvalorização do mercado nacional e de travagem drástica do consumo interno e de continuada desvalorização do escudo imposta pela necessidade de reequilíbrio das contas com o exterior” (Baptista, 1987).

Todos estes factores fazem com que, no final dos anos 80 e mais especificamente com a entrada de Portugal na então CEE, surja como que uma inversão das tendências de industrialização e se consolide o processo de terciarização.

Olhando para a população activa com profissão da Região de Lisboa e Vale do Tejo, verifica-se entre 1981 e 1996 um decréscimo acentuado no sector da agricultura, silvicultura e pescas, correspondendo a um fenómeno progressivo de urbanização/desruralização da Região. Esse decréscimo é muito mais significativo do que aquele que se regista, de modo geral, no Continente, correspondendo a uma perda de mais de metade dos efectivos no sector primário.

Quadro 7

População activa com profissão na Região de Lisboa e Vale do Tejo e no Continente, por sector de actividade 1981-1996

	1996		1991		1981	
	RLVT	Continente	RLVT	Continente	RLVT	Continente
Agricultura, Silvicultura e Pesca	53.800	518.100	73.438	413.324	115.171	711.131
	3,7	12,2	5,1	10,5	8,6	19,4
Indústria, Construção, Energia e Agua	369.400	1.334.800	430.505	1.517.735	479.747	1.429.191
	25,1	31,4	30,2	38,5	35,8	39,0
Serviços	1.047.900	2.397.600	923.634	2.014.437	745.072	1.519.618
	71,2	56,4	64,7	51,1	55,6	41,5
Total	1.471.100	4.250.500	1.427.577	3.945.496	1.339.990	3.659.940
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% Total da População Activa do Continente	35,0		36,0		36,0	

Fonte: Recenseamento da População, 1981 e 1991 e Anuário Estatístico, 1996.

Decréscimo é também o que se verifica no sector industrial – dando origem à **consolidação de um fenómeno de desindustrialização** (iniciado anteriormente) – **concomitantemente com um processo de terciarização. O emprego no terciário vê aumentar os seus efectivos em perto de 40%, passando de uma percentagem de 55,6%, em 1981, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, para 71,2%, em 1996.**

Paralelamente, constata-se um aumento da população activa com profissão, que se faz essencialmente por via da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho – em 1981 as mulheres representavam 35% da população activa com profissão na Região de Lisboa e Vale do Tejo, em 1996 a percentagem era de 45%; por outro lado, enquanto que a população activa feminina com profissão cresceu, no mesmo período de tempo, cerca de 28%, a respeitante aos homens diminuiu em 7,5%.

Quadro 8

**População activa com profissão, por sector de actividade e género
Região de Lisboa e Vale do Tejo
1981-1996**

	1996 (a)					1991					1981				
	RLVT					RLVT					RLVT				
	HM	H	H%	M	M%	HM	H	H%	M	M%	HM	H	H%	M	M%
Agricultura, Silvicultura e Pesca	53800	32200	4,0	21600	3,20	73438	49173	5,9	24265	4,1	115171	83496	9,6	31675	6,7
	100,0	59,9		40,1		100,0	67,0		33,0		100,0	72,5		27,5	
Industria da Construção e Energia e Água	369400	269200	33,5	100200	15,10	430505	314725	37,6	115780	19,6	479747	367076	42,5	112671	23,7
	100,0	72,9		27,1		100,0	73,1		26,9		100,0	76,5		23,5	
Serviços	1048000	503100	62,5	544900	81,7	923634	473789	56,6	449845	76,3	745072	413914	47,9	331158	69,6
%	100,0	48,0		52,0		100,0	51,3		48,7		100,0	55,6		44,4	
Total	1471200	804500	100,0	666700	100,0	1427577	837687	100,0	589890	100,0	1339990	864635	100,0	475504	100,0
Total %	100,0	54,7		45,3		100	58,7		41,3						

Fonte: Recenseamento da População, 1981 e 1991 e Anuário Estatístico, 1996.

Esta subida da taxa de feminização da população activa terá sido facilitada pelo processo de terciarização, já que é neste sector que a presença das mulheres se tem tornado mais intensa. Com efeito, **em 1981, 44% do emprego no terciário era feminino, percentagem que sobe para 52%, em 1996**; dito de outra forma, em 1981, perto de 67% das mulheres activas trabalhavam no sector terciário, ao passo que, em 1996, a proporção passava para cerca de 82%.

É preciso, no entanto, ter em conta que esta participação das mulheres no terciário se faz, sobretudo, através de serviços tendencialmente menos qualificados como, por exemplo, o comércio e os serviços pessoais e domésticos. Contudo, é inequívoco o reforço dos

quadros dirigentes e técnicos no volume do emprego e a melhoria educacional dos recursos humanos, o que afecta, sobretudo, as actividades terciárias. Aponta-se, assim, para a existência de diferenças no seio do próprio sector terciário, por um lado a existência de actividades altamente especializadas exigindo a qualificação académica do seu pessoal – bancos, seguros, operações sob imóveis... (nos quais as mulheres também vão progressivamente entrando) – por outro lado, actividades terciárias desqualificadas que servem de “escape” ao desemprego para um sector menos qualificado da população.

Com articulações entre si, terciarização e desindustrialização não devem ser entendidas como fenómenos extremos, pois, “não só o emprego nos ramos industriais adquiriu características industriais como se mantém significativas actividades de natureza “fabril” em estabelecimentos de serviços (reparações, manutenção...) (CESO, 1993). Apesar disso, e face ao já exposto, parece manter-se, para as décadas mais recentes, a pertinência da tese de José Manuel Henriques, segundo a qual o crescimento industrial da Região não tem sido o seu motor de desenvolvimento – a força de trabalho “libertada” pelo decréscimo do sector primário, pela transferência de mão-de-obra do campo para a cidade e pelo aumento da participação feminina não foi senão parcialmente absorvida pelo sector secundário. Por seu lado, o crescimento do emprego no terciário “não resultou de um crescimento económico harmonioso antes crescendo a um ritmo superior ao da indústria”. Consequentemente, o crescimento económico e urbano da Região de Lisboa e Vale do Tejo, não pode ser visto como um fenómeno de desenvolvimento “antes constituindo expressão objectiva dos desequilíbrios estruturais e profundos que caracterizam a organização sócio-espacial do território nacional” (Henriques, 1980).

IV. A POBREZA NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

1. PROBLEMAS URBANOS

O processo de urbanização anteriormente descrito, e o modelo de desenvolvimento que o orientou, deu origem à manifestação de um conjunto de problemas urbanos que afectam hoje a Região de Lisboa e Vale do Tejo (embora não de uma forma homogénea, por relação às diversas zonas que a compõe).

Alguns desses problemas podem ser identificados como sendo:

- Problemas habitacionais. Trata-se de problemas não só de natureza quantitativa de falta de habitação para os grupos sociais mais carenciados, mas também de problemas relacionados com a má qualidade de um parque habitacional envelhecido e degradado, onde ainda se registam carências ao nível das infra-estruturas básicas;

- Mobilidade/acessibilidade. As crescentes distâncias entre a casa e o trabalho dão origem a intensos fluxos diários de população acompanhados por um intenso movimento de tráfego, onde a crescente preferência pelo transporte privado se conjuga com uma insuficiência da rede de transportes públicos, criando-se, assim, grandes problemas de acessibilidade entre as cidades – nomeadamente Lisboa, onde se concentra o emprego, e as suas periferias;
- Emprego/desemprego. Muito embora Portugal apresente uma das taxas de desemprego mais baixas da UE, a concentração do desemprego em certas regiões do País, como é o caso da Região de Lisboa e Vale do Tejo. O facto do desemprego afectar particularmente determinados grupos da população, como seja os jovens, e a relação daquele com uma acentuada precarização do emprego, tornam o emprego/desemprego, um problema com uma forte expressão urbana e um elemento central nos processos de coesão/exclusão social com presumíveis repercussões em termos de futuro;
- Carência de infra-estruturas. O rápido crescimento demográfico, verificado na Região de Lisboa e Vale do Tejo, veio provocar uma forte pressão sobre as infra-estruturas e equipamentos – desde as deficiências ao nível de infra-estruturas ambientais, por exemplo, originando-se um espaço público sujo e de má qualidade; até a uma insuficiência de equipamentos sociais, sobretudo no que diz respeito aos que se destinam às camadas etárias mais excluídas da vida urbana: as crianças e os idosos;
- Insegurança e criminalidade. Parte dos problemas anteriormente referidos encontram-se fortemente concentrados em determinadas áreas, muitas vezes chamadas de “territórios marginalizados”, onde a uma pobreza ambiental e desqualificação urbana acresce a concentração de uma população de baixos rendimentos, com fracos níveis de instrução escolar, excluídas do mercado de trabalho ou marginalizadas para um mercado de trabalho secundário e, em alguns casos, pertencentes a minorias étnicas. São espaços “guetizados” da cidade envolvente e, muitas vezes, negativamente reconhecidos pelos próprios moradores. Estes espaços surgem, cada vez mais, associados à prática de actividades marginais, como polo de ameaça à segurança da população. Mas num contexto urbano onde se “perderam as vizinhanças”, onde o controlo social é exercido em muito menor grau, onde o sentido do dia à dia com vista à construção do futuro é tantas vezes questionado, face a todo o conjunto de incertezas que tornam nublado esse mesmo futuro, a prática de certas actividades, como o consumo de drogas, por exemplo, ultrapassa os limites daqueles “territórios” e fazem emergir novos excluídos que de uma forma ainda mais premente contribuem para questionar o futuro das cidades.

No âmbito deste trabalho, tendo em conta as relações que entre eles se podem estabelecer, e a sua importância enquanto factores e expressões dos fenómenos da pobreza, dar-se-á particular atenção aos problemas com a habitação, desemprego e precariedade de emprego, bem como criminalidade e toxicodependência.

1.1 Habitação

Comandada pela repulsão rural, a urbanização da Grande Lisboa, no âmbito da Região de Lisboa e Vale do Tejo, processa-se num contexto de baixos níveis de rendimento de grande parte da população. Por outro lado, o fluxo massivo de populações de origem rural à capital, e mais tarde a fixação de populações imigrantes vindas das ex-colónias portuguesas, não encontra resposta adequada nas políticas urbanas, em particular ao nível da habitação e equipamentos, dando-se lugar à permissividade face às soluções encontradas pelos recém-chegados.

Perante os fortes desequilíbrios dos mercados de solo e do alojamento, impunha-se uma intervenção alargada e eficaz do Estado, na atenuação desses desequilíbrios, através de uma actuação na urbanização e oferta de solos e na produção de alojamento social, a par da desburocratização dos mecanismos de licenciamento urbanístico. Contudo, em Portugal, com excepção de operações muito limitadas, o Estado não tem actuação na transformação do solo, embora tenha conservado e centralizado todo o poder de decisão sobre o planeamento e o licenciamento urbanístico através de um rígido sistema jurídico-institucional.

Esta situação tem favorecido, predominantemente, os proprietários fundiários e os grandes promotores imobiliários, induzindo um oferta restrita (monopolizada) de solos e de habitações, que assim atingem preços especulativos. Os baixos rendimentos da população portuguesa, o grande desfasamento entre o poder aquisitivo das famílias e o custo dos solos e da habitação bloquearam o acesso de largos estratos das classes trabalhadoras e das classes médias urbanas ao mercado legal de alojamento e ao mercado fundiário. Deste, foram progressivamente sendo marginalizadas, também as pequenas empresas de construção e “nos anos 60 e 70 os loteadores ilegais e os pequenos proprietários urbanos tornam-se (...) os verdadeiros protagonistas do processo de urbanização da Área Metropolitana de Lisboa, perante o imobilismo da Administração urbanística” (Ferreira, 1997).

Surgem, assim, ao longo das décadas, diferentes formas de produção ilegal de habitação (barracas, casas de alvenaria abarracada...) cujo desenvolvimento “embora esteja presente ao longo do processo de crescimento verificado em Lisboa desde o início do século, adquire uma expressão particularmente significativa mais recentemente acompanhando a

formação da Área Metropolitana de Lisboa” (Cardoso, 1993), ao extravasar os limites concelhios da cidade e invadir espaços até então rurais em território metropolitano.

De acordo com o Recenseamento Geral da População, **em 1991 existiam na Região de Lisboa e Vale do Tejo 11 948 barracas**; apesar deste número representar uma descida relativamente ao que constava do Recenseamento de 1981 – 16 049 – ele significa, ainda, **76,6% das barracas existentes no Continente**.

Quadro 9

**Barracas, famílias e pessoas residentes em barracas na Região de Lisboa e Vale do Tejo e Continente
1981 e 1991**

	Continente		Região de Lisboa e Vale do Tejo		"Peso" da RLVT no Continente	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Alojamentos	24 016	15 607	16 049	11 948	66,8	77,1
Famílias	21 662	16 184	16 102	43 416	76,6	61,6
Pessoas	72 861	56 288	44 864	12 525	74,3	77,4

Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981 e 1991.

Estes números surgem, contudo, subavaliados quando confrontados com os adiantados pelo PER (Programa Especial de Realojamento), no quadro do qual foram recenseadas um total de 115 641 pessoas, o que corresponderá a 33 59 fogos, somente nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa⁹.

A produção deste tipo habitacional tornou-se a expressão mais visível da não-satisfação das necessidades de alojamento. A este tipo de problemas acrescem, porém, outros de natureza mais qualitativa, expressos pelas casas sobreocupadas¹⁰ e pela persistência de indicadores de más condições de habitabilidade.

⁹ Dados recolhidos em CET/ISCTE, 1997.

¹⁰ No recenseamento de 1981 a sobreocupação afectava 18% famílias residentes na área da Grande Lisboa. Na mesma área e para o mesmo ano, 13% dos alojamentos eram partilhados por mais do que uma família.

Quadro 10
**Indicadores das condições de habitabilidade na Região de
Lisboa e Vale do Tejo
1991**

	(%)
Alojamentos sem electricidade	1,5
Alojamentos sem retrete	3,8
Alojamentos sem água canalizada	5,3
Alojamentos sem instalações de banho ou duche	8,9

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991.

Sublinhe-se, ainda, que os problemas urbanos ligados ao alojamento que se manifestam na Região de Lisboa e Vale do Tejo e, uma vez mais, muito particularmente na própria capital, abrangem parte considerável do parque habitacional clássico, através da existência de um **património habitacional velho e degradado**¹¹. Zona de concentração do parque habitacional antigo, devido ao seu papel histórico é, sobretudo, em Lisboa que se coloca o problema da degradação por deficiente conservação de parte importante dos seus alojamentos, situação que é agravada pelos efeitos das políticas de congelamento das rendas seguidas entre 1948 e 1986.

Perante isto, uma forma de recuperar o capital investido na habitação passa por criar situações expectantes (alojamentos vagos não disponíveis para arrendamento) que, por deficiente conservação, se degradam, proporcionando-se, assim, a passagem da função habitação para a função serviços. Esta situação, que é como que o resultado de uma forte interpenetração da pressão exercida pelas actividades terciárias e pela estagnação das rendas, conduz a um decréscimo da habitação no centro da cidade e a um aumento dos preços para aquela que persiste, conduzindo, por outro lado, ao crescimento das, cada vez mais longínquas, periferias da capital.

Num contexto de carências habitacionais e de baixos rendimentos de boa parte da população, os apoios sociais a essas populações, ao nível do alojamento são manifestamente insuficientes. Apesar de tudo, no âmbito da Região de Lisboa e Vale do Tejo, a cidade de Lisboa e a cidade de Setúbal, em consonância com os seus processos de industrialização e conseqüente necessidade de satisfazer as condições de reprodução da força de trabalho, apresentam um peso relativo de habitação social superior ao do resto

¹¹ Um estudo realizado em 1983 indicava que, na região da Grande Lisboa, 33% dos alojamentos se encontravam degradados e 28% deficientemente equipados. Por outro lado, 103 893 alojamentos tinham ultrapassado a idade técnica limite – 70 anos.

do País. Esta tenderá, ainda, a crescer ao longo dos anos 90, em função das iniciativas tomadas, nomeadamente no âmbito do PER, depois de uma quase ausência de resposta às necessidades crescentes durante as décadas de 50 e 80, com a excepção do período pós 25 de Abril com a experiência do SAAL (Serviço Ambulatório Local).

De acordo com as estimativas apresentadas pelo estudo desenvolvido pela CESO, 9,5% da habitação na cidade de Lisboa era habitação social, enquanto que no País a percentagem era de 4,4% (CESO, 1993).

Mas “a análise do ritmo de promoção de habitação social na cidade de Lisboa revela, com clareza que, em termos do longo prazo, como em outros domínios do desenvolvimento económico e social do país, se terá actuado quase sempre em função de problemas abertamente manifestados e quase nunca em resposta planeada a problemas previstos com o avanço necessário” (CESO, 1993).

Por outro lado, em muitos casos de construção de habitação social, “mais do que proporcionar às populações boas condições de habitabilidade, a necessidade de realojar é ditada por razões de especulação fundiária, em particular quando se trata de “bairros de lata” mais antigos “envolvidos” pelo centro da cidade devido ao próprio processo de crescimento da mesma. Faz-se, assim, sentir a urgência de dar uma utilização mais rentável ao espaço – seja através da implantação de actividades terciárias, seja pela ocupação residencial de outras camadas sociais. Noutras situações, ainda, entra em jogo a construção de estradas ou outras infra-estruturas. Em qualquer das situações os antigos residentes são, muitas vezes, expulsos para outras zonas da cidade, menos acessíveis, subequipadas e deficientemente integradas na cidade o que com certeza contribuirá para as dificuldades de adaptação ao novo alojamento” (Cardoso, 1993).

Nas representações correntes, a crise das cidades é hoje, cada vez mais identificada na sua origem, como nas suas manifestações com os “bairros degradados”, social e urbanisticamente desintegrados da malha urbana e largamente considerados pela opinião pública como os responsáveis pela criminalidade, venda de droga e insegurança urbana. A resposta adoptada na abordagem destas manifestações tem sido a construção de alojamento social” (CET/ISCTE, 1997).

No entanto, a produção deste tipo de alojamento tem, na generalidade, dado origem à construção de grandes aglomerações populacionais, onde se concentram famílias carenciadas atravessadas por multiculturalidades por vezes conflituais, em espaços perfeitamente “cortados” do resto da cidade, mantendo-se, assim, as situações de “gueto” e agravando-se os fenómenos de segregação sócio-espacial. Nestes bairros verifica-se ainda que, e parafraseando as autoras do *Diagnóstico da implementação do Programa*

PER nos municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, ao “gosto pela casa” se contrapõe o “desgosto pelo bairro” (CET/ISCTE, 1997), dando origem a uma não identificação com o próprio espaço de residência que, por sua vez, também é (re)conhecido negativamente pelo exterior.

Acrescem os cortes das relações de vizinhança anteriormente estabelecidas, o sentimento de isolamento e de abandono que é conferido por um “não assumir” do bairro pelas entidades responsáveis, a sensação de insegurança à qual se reage, por vezes, com ameaças à segurança dos outros.

Note-se, portanto, que, se o **realojamento** resolve, por si, alguns dos problemas que, ao nível das condições de habitabilidade, afectam a população pobre, também é certo que este **não se tem revelado como uma estratégia eficaz no combate à pobreza e à exclusão social**. Isto porque, mesmo do ponto de vista económico, alguns problemas agravam-se com o realojamento, já que ele transporta consigo novos encargos fixos (renda, água, luz), que nem sempre são fáceis de cumprir, face aos recursos disponíveis e, sobretudo, perante a irregularidade que tantas vezes os caracteriza. Por outro lado, sendo a pobreza um fenómeno multidimensional, o momento do realojamento, enquanto momento propiciador de mudanças, deveria ser equacionado como uma aposta de trabalho ao nível das outras dimensões em que essa mesma pobreza se traduz, deveria ser entendido como uma “acção integrada e sistémica”. Tal como acima se apontou, os processos de realojamento deveriam contribuir para a resolução das situações de segregação sócio-espacial e não para a sua perpetuação/reprodução, fazendo com que os estigmas sociais ligados ao bairro deixassem de ter lugar.

1.1.1 As populações residentes em bairros degradados

Utilizando duas fontes de informação distintas, e que correspondem a datas diferentes tentar-se-á aqui apontar as características mais importantes das populações residentes em bairros degradados da zona de Lisboa¹², área geográfica onde, no âmbito da Região de Lisboa e Vale do Tejo, se concentram a maior parte dos problemas urbanos anteriormente abordados.

¹² As fontes de informação são:

- “Inquérito à Pobreza Urbana”, aplicado em 1987, cujos dados para a “zona” de Lisboa, que inclui os concelhos de Lisboa, Oeiras, Loures, Almada e Amadora, foram publicados em Cardoso, Ana, 1993 *A Outra Face da Cidade – Pobreza em bairros degradados de Lisboa*, Lisboa, CML;
- *Caracterização sócio-demográfica das famílias PER*, DEP, INH, 1997.

De acordo com os dados de “Caracterização sócio-demográfica das famílias PER”, a maior parte da população abrangida (80%) tem nacionalidade portuguesa, sendo os restantes de diferentes nacionalidades estrangeiras, mas na sua quase totalidade de países africanos de expressão portuguesa. Embora atendendo a que haverá discrepâncias entre nacionalidade e naturalidade, esta percentagem está relativamente de acordo com os resultados da pesquisa “A Outra Face da Cidade”, que apontava para a existência de cerca de 22% de população imigrante nos bairros degradados. As duas fontes ressaltam, portanto, o **predomínio de uma população nacional** e oriunda do território português, verificando-se, contudo, uma **sobre-representação dos imigrantes** neste tipo de bairros:

- **um certo predomínio dos homens em relação às mulheres** poderá ter na origem situações de “isolados” derivadas de processos migratórios em que o homem vem sozinho, juntando-se-lhe a família posteriormente ou criando família própria já em território português;
- um outro aspecto realçado pela duas fontes diz respeito à **“juventude” desta população**, na qual as crianças e os jovens representam cerca de 50%. Aponta-se, assim, para a necessidade premente de medidas e acções de prevenção no sentido de “cortar” com a tendência já verificada de “reprodução social da pobreza” de geração em geração;
- a dimensão da família constitui outro traço de distinção desta população. A caracterização da população – PER aponta para cerca de 12% das famílias compostas por 6 e mais elementos. No estudo sobre a pobreza na cidade de Lisboa (Cardoso, 1993), essa percentagem é bastante maior, mas qualquer uma das fontes refere uma presença superior das famílias numerosas entre esta população, por referência à população total.

Um aspecto que deve ser enfatizado e que vários estudos têm revelado (nomeadamente Cardoso, 1993 e Detry, 1996) diz respeito à precocidade que marca a vida destas populações. **Precocidade que se manifesta a vários níveis:**

- no **abandono do sistema de ensino** – pela saída com idades inferiores ao que é estipulado com “idade escolar”; pela saída antes da conclusão dos níveis de ensino obrigatórios;
- no **início da vida activa** – muitas vezes antes da idade mínima legal para o efeito e sem terem uma qualificação escolar que lhes possibilite um acesso menos precário ao mundo do trabalho. Em Cardoso (1993) é referida a percentagem de 18% de jovens que tinham iniciado a sua vida activa com menos de 14 anos, que na altura, correspondia à idade mínima para começar a trabalhar;

- na **idade do casamento** ou na constituição de família;
- na própria **morte**.

Aquilo que se verifica é que, em muitos casos, as condições de vida dos agregados familiares pobres são de molde a dificultarem a vivência da juventude, havendo quase como que uma passagem imediata da infância para a idade adulta. Em certos “estratos sociais não há espaço nem tempo para se viver a juventude” (Detry, 1996).

- De acordo com os dados da caracterização da população – PER, predominam os inactivos o que não é de estranhar, tendo em conta a já referida juventude da população. Considerando apenas a população activa, a taxa de desemprego era de 9.3%, afigurando-se mais elevada do que a verificada para o conjunto da população.
- Importante parece ser, ainda, realçar que **60% da população** entrevistada na “zona” de Lisboa, no âmbito do inquérito à pobreza urbana em Portugal (Cardoso, 1993) **foi considerada como pobre**, tendo em conta a definição de uma linha de pobreza absoluta. A incidência da pobreza vai diferindo consoante a condição perante o trabalho do(s) elemento(s) considerado(s) como representante(s) dos agregados familiares, afigurando-se o trabalho como uma protecção relativa face à pobreza, já que 36% das famílias em que dois dos elementos do casal estão a trabalhar se encontram, mesmo assim, abaixo da linha de pobreza.
- Ainda em relação ao trabalho, apresentam-se alguns indicadores que dão conta da precariedade de certas situações. Assim, tendo em conta os indivíduos que se encontravam a trabalhar: 18% dos trabalhadores por conta de outrem não efectuavam descontos para a Segurança Social; esta percentagem é muito mais elevada – 75% – entre os trabalhadores por conta própria, fazendo emergir a desprotecção deste tipo de trabalho; 43% tinham contrato de trabalho não permanente ou não tinham mesmo qualquer contrato de trabalho, tornando extremamente frágil a sua segurança no emprego.

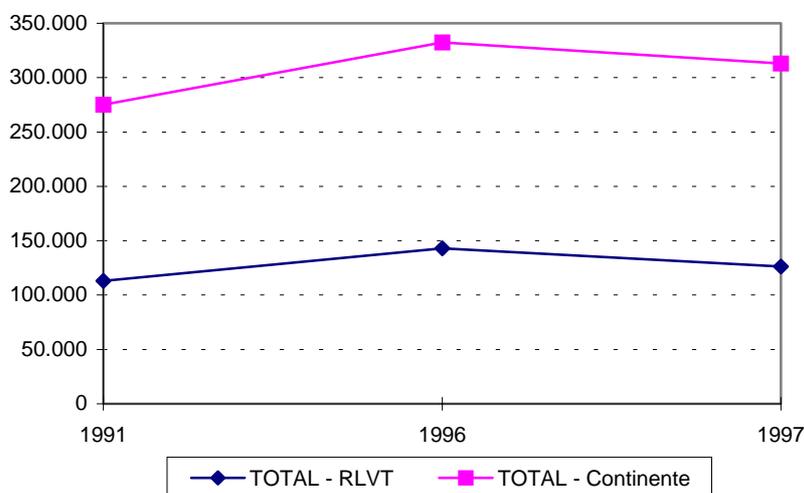
1.2 Desemprego e Precariedade de Emprego

O desemprego tem sido considerado como uma “rota” para a pobreza. Estar desempregado implica, desde logo, uma diminuição no rendimento do indivíduo e seu agregado familiar e, como tal, uma menor capacidade financeira para a satisfação das suas necessidades; ser desempregado significa, ainda, a ausência de um estatuto que transporta consigo elementos para a inserção social.

Embora não atingindo uma percentagem muito significativa entre os pobres (5%, de acordo com os dados do IOF/94), os desempregados apresentam, contudo, uma forte incidência da pobreza (26,5% de acordo com o mesmo inquérito).

Em 1991, existiam na Região de Lisboa e Vale do Tejo 113 146 desempregados¹³; a partir de então, o número de desempregados tem vindo a aumentar atingindo um valor máximo no ano de 1996, com 143 100 desempregados¹⁴, e baixando em 1997 para 126 200¹⁵ indivíduos. Esta evolução tem seguido o mesmo padrão verificado para a população desempregada do Continente.

Gráfico 1
Total da População Desempregada
na RLVT e no Continente
1991 - 1997



Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991; Anuário Estatístico, 1996; Inquérito ao Emprego, 1997

Estes números do desemprego para Lisboa e Vale do Tejo correspondem, contudo, a taxas de desemprego mais elevadas do que as registadas no Continente - 7,8% face a 6,7%, respectivamente, para o mesmo ano de 1997.

¹³ INE, Recenseamento Geral da População, 1991.

¹⁴ Anuário Estatístico, 1996.

¹⁵ Inquérito ao Emprego, 4º trimestre 1997.

Quadro 11

**Taxas de desemprego para Lisboa e Vale do Tejo e Continente
1991-1997**

	Região de Lisboa e Vale do Tejo	Continente
1991	7,4	6,1
1996	8,9	7,3
1997	7,8	6,7

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991; Anuário Estatístico, 1996; Inquérito ao Emprego, 1997

Ao longo da década de 90, o peso do desemprego da Região de Lisboa e Vale do Tejo tem vindo a diminuir por relação ao desemprego no Continente; a este facto não deve ser alheio o emprego criado através das várias obras públicas em curso. No entanto, a **Região assume-se como a primeira do País do ponto de vista da concentração de desempregados – 43,9% em 1991¹⁶; 40,3% em 1997¹⁷.**

Também aqui na região, o desemprego assume uma face essencialmente feminina, já que, por um lado, as **taxas de desemprego das mulheres são sempre mais elevadas do que as dos homens e, por outro, o “peso” das mulheres entre os desempregados ultrapassa sempre os 50%**. Esta situação apresenta, no entanto, algumas variações entre 1991-1997, revelando-se, ao longo destes anos, uma aproximação das taxas de desemprego masculinas e femininas mas acentuando-se o peso das mulheres entre a população desempregada.

Quadro 12

**Taxas de desemprego para Lisboa e Vale do Tejo, por sexo
e percentagem de mulheres entre os desempregados
1991-1997**

	Homens	Mulheres	% das mulheres entre o total de desempregados
1991	5,0	10,5	61,3
1996	7,7	10,2	52,9
1997	6,6	9,2	54,0

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991; Anuário Nacional de Estatística do Emprego, 1996; Inquérito ao Emprego, 1997

¹⁶ Neste mesmo ano, a segunda região era a Norte, com 29,3 do desemprego do País.

¹⁷ Em 1995, a Região de Lisboa e Vale do Tejo concentrava 35% da população residente no Continente.

Embora não constituindo uma especificidade, já que se assemelha ao que se verifica no Continente, o desemprego na Região de Lisboa e Vale do Tejo assume, ainda, uma outra característica importante, que diz respeito ao facto de as **taxas de desemprego serem particularmente elevadas entre os jovens dos 14-24 anos - 22,1% em 1996 e 17,3% em 1997.**

Sendo o grupo etário mais representado entre os desempregados, a percentagem de jovens desempregados na Região tem vindo a diminuir: 33,2% em 1991; 32,8% em 1996; 29,6% em 1997. O mesmo acontece com as outras faixas etárias, à excepção do grupo etário dos 45-54 anos e 55 e mais anos.

O desemprego na Região de Lisboa e Vale do Tejo é um desemprego ligeiramente mais qualificado, do ponto de vista escolar, do que o que se regista no Continente: 58,7% dos desempregados do Continente têm no máximo o 2º ciclo do ensino básico; 4,2% têm cursos superiores. Para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, as percentagens são, respectivamente: 50,7% e 5,3%.

Esta maior qualificação da população desempregada na Região revelará uma maior qualificação dos recursos humanos em geral, já que a mesma tendência se reflecte na população com emprego: em 1997, no Continente, 63,2% da população empregada tinha, no máximo, o 2º ciclo, e 8,5% tinha o ensino universitário. Para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, estas percentagens eram, respectivamente, de 48,5% e 12,9%¹⁸.

Com uma taxa de desemprego relativamente baixa, no contexto europeu, Portugal apresenta uma das taxas de pobreza mais elevadas. Esta especificidade revela que a questão da pobreza no País ultrapassa em muito o problema do desemprego havendo, também, que procurar algumas explicações para o fenómeno no próprio funcionamento do mercado de trabalho.

Analisando os rendimentos familiares, a partir dos resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) de 1980/81 e 1989/90, e de acordo com o estudo de Carlos Farinha Rodrigues, é possível verificar-se um aumento das desigualdades no seio das áreas urbanas, que se sobrepõe à dicotomia entre rural/urbano.

No mesmo sentido, está o aumento das desigualdades dentro da Região de Lisboa e Vale do Tejo (assim como na Região Centro) no período considerado, tornando, uma vez mais, as desigualdades dentro das áreas geográficas consideradas mais importantes do que entre elas (vd. Rodrigues, 1993).

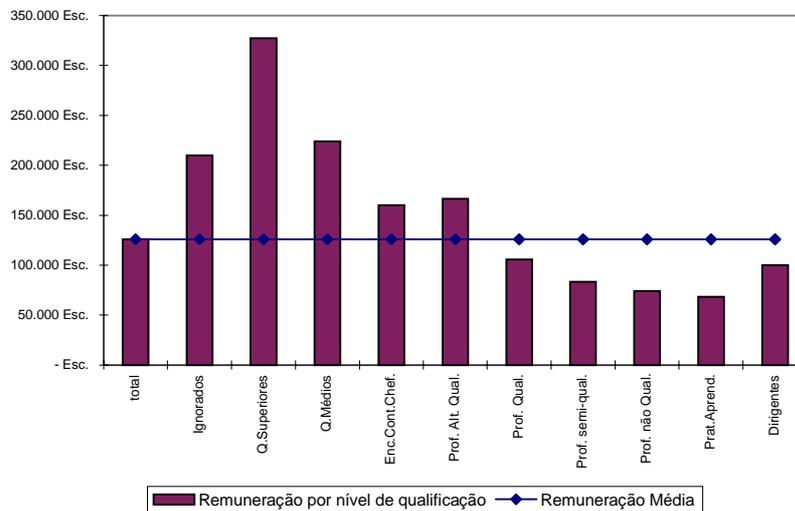
¹⁸ Quadros de Pessoal, 1997.

Por outro lado, de acordo com um trabalho realizado sobre as condições de vida dos residentes na cidade de Lisboa (CESO, 1993), regista-se um agravamento das desigualdades salariais, entre 1982 e 1991, tendo o coeficiente de variação entre as remunerações máximas e mínimas passado de 34,5% em 1982 para 40,9% em 1991.

Tendo como base os dados para 1996 dos Quadros de Pessoal, verifica-se que o mercado de trabalho é atravessado por **fortes diferenciações salariais entre os diferentes sectores da economia** – o salário médio mais elevado é o do sector “financeiro”, com 192 225 escudos, face a um salário médio mais baixo, de 74 328 escudos para a “Administração pública, defesa e segurança obrigatória”, havendo, portanto, uma diferença que atinge os 117 897 escudos.

Existe, ainda, uma **acentuada segmentação tendo em conta os níveis de qualificação profissional** – enquanto que a remuneração média de um “quadro superior” é de 327 394 escudos, para um profissional não qualificado esta é de 55 401 escudos, sendo, portanto, a diferença na ordem dos 271 993 escudos. As diferenças salariais entre níveis de qualificação correspondem, de certa forma, às diferenças para distintas habilitações académicas: as remunerações médias mais baixas correspondem aos indivíduos que “não sabem ler nem escrever”, enquanto que as mais elevadas verificam-se entre os “licenciados”.

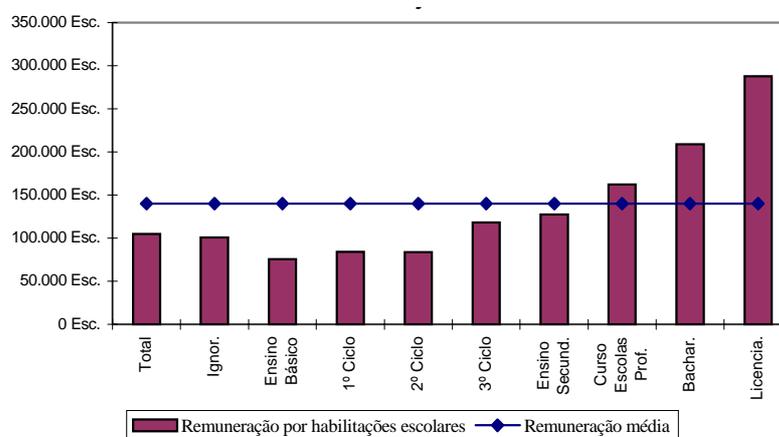
Gráfico 2
Remunerações por Nível de Qualificação
Lisboa e Vale do Tejo
1996



Fonte: Quadros de Pessoal, 1996

Daqui se infere uma **forte limitação no acesso dos baixos níveis de escolaridade aos níveis de remuneração que se situam acima da média geral**, por outro lado, é nítida a existência de um esquema salarial dando origem à constituição de três grupos diferentes consoante os graus de instrução possuídos: um primeiro grupo composto por aqueles que têm, no máximo, o 2º ciclo (ou o ciclo preparatório), um segundo grupo constituído por aqueles que têm um nível de instrução superior ao anterior mas que não possuem diploma universitário, e um terceiro grupo que corresponde aos indivíduos com formação académica superior.

Gráfico 3
Remunerações por Habilitações Escolares
Lisboa e Vale do Tejo
1996



Um **outro tipo de fragmentação diz respeito ao trabalho de homens e mulheres**. Com efeito, as mulheres apresentam níveis de remuneração médias mais baixos em todos os sectores da economia¹⁹ ficando, deste modo, a média de remunerações da população feminina nos 106 889 escudos e a dos homens pelos 137 623 escudos.

Uma outra característica importante do mercado de trabalho na Região de Lisboa e Vale do Tejo prende-se com a **tendência de uma cada vez maior parte do emprego ser criado/estar inserido em empresas de pequena dimensão**²⁰. Em 1991, 37,2% da população empregada exercia a sua actividade profissional no âmbito de empresas com a

¹⁹ Com a excepção de “Produção e distribuição de electricidade, transportes e comunicações” onde, sendo a diferença a favor das mulheres, se fica pelos 3 891 escudos.

²⁰ Estudos realizados (CESO, 1993, por exemplo) revelam que é nas pequenas empresas que, geralmente, os salários são mais baixos.

dimensão de 50 a 99 pessoas; esta percentagem sobe para 52,3%, em 1996, ano no qual, por outro lado, as empresas de 1 a 4 pessoas significam 10,7%.

Outros elementos sobre o emprego na Região de Lisboa e Vale do Tejo apontam para a existência de precariedades várias:

- 7,5% da população empregada trabalha a tempo parcial; 57,7% destes trabalhadores a tempo parcial são pessoas com apenas o 1º ciclo do ensino básico ou mesmo sem nenhum grau de instrução adivinhando-se, assim, remunerações ainda mais baixas do que as verificadas no trabalho a tempo completo;
- 48 700 pessoas, entre os trabalhadores por conta de outrem, não estão inscritos na segurança social, o que corresponde a sensivelmente 3% da população com emprego. 58% destes casos situam-se no sector terciário;
- 8,2% da população trabalha por turnos e, uma vez mais, esta situação verifica-se, sobretudo, no sector dos serviços;
- nota-se uma tendência para a descida da percentagem de contratos de trabalho não permanentes, sendo de 15,4% a sua percentagem em 1997. Contudo, na Região de Lisboa e Vale do Tejo concentrava-se 42% das situações existentes no Continente. De referir, ainda, que novas formas de “contratação” fracamente regulamentada ou totalmente não regulamentadas começam a ter uma forte presença no mercado de trabalho português – trabalho no domicílio, trabalho à tarefa, à peça, a metro – acentuando-se, assim, a instabilidade e a desprotecção da mão-de-obra neles envolvida.

1.3 Criminalidade e Toxicodpendência

1.3.1. Criminalidade

A criminalidade é um fenómeno crescente das sociedades contemporâneas, com maior expressividade nas grandes áreas urbanas. Segundo as Estatísticas Criminais, relativas ao ano de 1996, 130.306 dos crimes registados pelas diferentes autoridades policiais dizem respeito ao Distrito de Lisboa, representando 35,6% dos crimes registados no País. Dentro do Distrito de Lisboa a maior percentagem de crimes (78%) corresponde à categoria de infracções – crimes contra o património.

Ao compararmos o número de menores em juízo por períodos de tempo, verificamos que entre 1990 e 1995 houve uma variação de +13,4% contra uma variação de -4,1% para o período de 1995-1996.

Quadro 13

Número de Menores em Juízo, por ano

1990	2477
1995	2808
1996	2693

Fonte: Capucha, Luis, Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades, in: **Portugal, que modernidade**, Ed. Celta, 1998 (p. 220 – dados referentes a 1990 e 1995); 1996 – MJ, Estatísticas da Justiça – Justiça de Menores

Quanto à distribuição dos Menores em Juízo por Distritos Judiciais, em 1996, é o distrito do Porto o que apresenta a percentagem mais elevada (34,9%), seguido do distrito de Lisboa, com 28,3%, percentagens que representam, em conjunto, 63,2 % do total geral.

Quadro 14

**Menores em Juízo, por Distritos Judiciais
1996**

Coimbra	459
Évora	531
Lisboa	763
Porto	940
Total Geral	2693

Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça – Justiça de Menores – 1996

Quanto à estrutura etária dos menores que se enquadram na situação que provoca o maior número de intervenções do tribunal – vítimas de maus tratos, exercício abusivo da autoridade, abandono ou desamparo (27,1%) – é de salientar que quase dois terços (62,8%) têm menos de 13 anos.

Em relação à infracção penal, a distribuição percentual pelas classe etárias varia entre os 20,9% e os 27,6%, correspondendo a percentagem mais elevada à classe dos 13 a 14 anos. É de notar, ainda, que cerca de metade dos infractores tem 14 ou menos anos de idade. Se se excluir a situação de infracção penal, verifica-se que mais de 3/4 da população – menores (79,5%) se inclui na situação de vítimas de maus tratos, exercício abusivo da autoridade, abandono ou desamparo e na situação de entregue à mendicidade, vadiagem, prostituição e libertinagem, destacando-se que 39,3% têm menos de 13 anos de idade.

Quadro 15
Situação que provocou a actuação do Tribunal, por grupo etário
Continente
1996

Situação que provocou a actuação do tribunal	Menos de 13 anos		13 a 14 anos		15 anos		16 e mais anos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vítimas de maus tratos, exercício abusivo da autoridade, abandono ou desamparo	479	62,8	130	17,0	77	10,1	77	10,1	763	100,0
Dificuldade de adaptação à vida social normal	36	24,0	43	28,7	36	24,0	35	23,3	150	100,0
Inadaptação à disciplina da família, do trabalho e outra	33	26,2	43	34,1	27	21,4	23	18,3	126	100,0
Entregue à mendicidade, vadiagem, prostituição e libertinagem	107	25,2	111	26,2	91	21,5	115	27,1	424	100,0
Abuso de bebidas alcoólicas e uso ilícito de estupefacientes	5	17,2	3	10,3	10	34,5	11	37,9	29	100,0
Infracção Penal	275	20,9	364	27,6	350	26,6	328	24,9	1317	100,0
Total	935	33,3	694	24,7	591	21,0	589	21,0	2809	100,0

Fonte: Estatísticas da Justiça – Justiça de Menores, 1996

Sobre o **tipo de infracção penal cometida pelos menores**, os crimes contra o património representam 83,2 % do total dos crimes previstos no código penal. Os infractores são na sua maioria menores do sexo masculino (1179).

Quadro 16
Menores em juízo, segundo o sexo, por infracção penal
1996

Infracção penal	HM	H	M
Total	1317	1179	138
Crimes previstos no código penal	1265	1142	123
Crimes contra as pessoas	179	146	33
Crimes contra o património	1052	964	88
Crimes contra a vida em sociedade	33	31	2
Crimes contra o Estado	1	1	0
Crimes previstos em legislação penal avulsa	49	34	15

Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça – Justiça de Menores – 1996

No **Distrito Judicial de Lisboa** a maior percentagem de situações que provocaram a actuação do tribunal, no ano de 1996, recai sobre os menores vítimas de maus tratos, exercício abusivo da autoridade, abandono ou desamparo (41%). Em termos gerais, este valor representa 43,5% do total deste tipo de situações no Continente.

Quadro 17

Situação que provocou a actuação do Tribunal Distrito Judicial de Lisboa e Continente 1996

	Continente				Estrutura		
	Distrito Judicial de Lisboa	Resto do País	Total	Estrutura %	Distrito Judicial de Lisboa	Resto do País	Total
	Número				%		
Vítimas de maus tratos, exercício abusivo da autoridade, abandono ou desamparo	332	431	763	41,0	43,5	56,5	100
Dificuldade de adaptação a vida social normal	48	102	150	6,0	32,0	68,0	100
Inadaptação à disciplina da família, do trabalho e outra	35	91	126	4,3	27,8	72,2	100
Entregue à mendicidade, vadiagem, prostituição e libertinagem	108	316	424	13,4	25,5	74,5	100
Abuso de bebidas alcoólicas e uso ilícito de estupefacientes	5	24	29	0,6	17,2	82,8	100
Infracção Penal	281	1036	1317	34,7	21,3	78,7	100
Total	809	2800	2809	100	28,8	71,2	100

Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça – Justiça de Menores – 1996

1.3.2. Toxicodependência

Segundo os dados disponíveis, o número de reclusos cresceu de 8.874 em 1990 para 10.035 em 1994, tendência que, conforme se constatou anteriormente, se verifica para o mesmo período em relação ao número de menores em juízo.

Outro grupo que tem crescido gradualmente em Portugal são os presumíveis infractores das disposições da lei da droga.

De acordo com os dados do Ministério da Justiça existiam em 1988, 1845 presumíveis infractores, passando para 9054 em 1996. Durante o mesmo período, verifica-se uma

constante sobre as idades da população infractora, ou seja, o grosso da população tem entre 21 e 29 anos de idade.

Quadro 18

**Presumíveis infractores, segundo o ano, por grupo etário
1988-1996**

Grupo Etário	1988	%	1990	%	1993	%	1996	%
Total	1845	100	3586	100	5197	100	9054	100
<16 anos	13	0,7	9	0,3	12	0,2	86	0,9
16-20	438	23,7	699	19,5	592	11,4	1445	16,0
21-29	1051	57,0	2156	60,1	2205	42,4	4300	47,5
30-44	311	16,9	674	18,8	1346	25,9	2956	32,6
> 45 anos	32	1,7	48	1,3	132	2,5	267	2,9
Desconhecido					318	6,1		
Não especificado					591	11,4		

Fonte: GPCCD, Sumários de Informação Estatística – Droga – 1996, Ministério da Justiça, 1997

Por outro lado, o nível de instrução de cerca de metade da população infractora é muito baixo, correspondendo ao longo deste período ao Ensino Básico. Em 1996 apenas 1% da população possui o grau de instrução correspondente ao Ensino Superior.

Quadro 19

**Presumíveis infractores, segundo o ano, por grau de instrução
1988-1996**

Grau de instrução	1988	%	1990	%	1993	%	1996	%
Total	1845	100	3586	100	5197	100	9054	100
Analfabeto	54	2,9	69	1,9	226	4,3	207	2,3
Ensino Básico	1010	54,7	1871	52,2	2243	43,2	4423	48,9
Ensino Secundário	731	39,6	1571	43,8	1751	33,7	2525	27,9
Ensino Superior	50	2,7	75	2,1	69	1,3	92	1,0
Desconhecido					316	6,1	1807	20,0
Não Especificado					592	11,4		

Fonte: GPCCD, Sumários de Informação Estatística – Droga – 1996, Ministério da Justiça, 1997

Para o ano de 1996, os Distritos de Lisboa e Porto apresentam as percentagens mais elevadas (30,2% e 23,2% respectivamente) de presumíveis infractores das leis da droga, correspondendo, em relação ao Continente, a 53,4 %.

Quadro 20

**Três Distritos com maior número de Presumíveis infractores, segundo a situação face à Droga
1996**

	Total	Total %	Traficante	Consumidor	Traf-Cons
1995	6380		2183	3012	1185
Total Geral					
1996	9054		2251	4912	1891
Continente	8886	100	2191	4855	1840
Lisboa	2683	30,2	740	1480	463
Porto	2061	23,2	601	1173	287
Faro	913	10,3	284	449	180
Total % – outros Distritos		36,3			

Fonte: GPCCD, Sumários de Informação Estatística – Droga – 1996, Ministério da Justiça, 1997

A tendência verificada para os presumíveis infractores é corroborada pela análise do quadro dos indivíduos condenados. Por um lado, constata-se um crescimento gradual, apesar de menos acentuado, por outro lado, mais de 3/4 da população condenada tem 20 ou mais anos de idade.

Quadro 21

**Indivíduos condenados, segundo o ano, por grupo etário
1990-1996**

Grupo Etário	1990	%	1993	%	1996	%
Total	1198	100,0	2253	100,0	3031	100,0
16-19	129	10,8	210	9,3	238	7,9
20-24	413	34,5	626	27,8	757	25,0
25-29	309	25,8	629	27,9	775	25,6
30 + anos	274	22,9	613	27,2	1142	37,7
Desconhecido	73	6,1	175	7,8	119	3,9

Fonte: GPCCD, Sumários de Informação Estatística – Droga – 1996, Ministério da Justiça, 1997

Por último, importa ainda analisar alguns dados referentes a outra categoria particularmente problemática, a dos Toxicodependentes, uma vez que também se encontra em crescimento. Em 1988, o total de casos novos registados nas várias Direcções Regionais de Atendimento a Toxicodependentes (DRAT) era de 3700, passando para 9889 em 1996. Dos casos novos registados em 1996, 46,3% referem-se à DRAT da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

De facto, o fenómeno da Toxicodependência situa-se, sobretudo, nas zonas urbanas com uma alta densidade populacional. Segundo o Relatório do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, "é, quer dentro das grandes cidades quer nos seus subúrbios que surgem bairros - autênticos supermercados de droga - onde a degradação humana visível atinge o domínio do inominável, traduzida no fenómeno dos toxicodependentes de rua."²¹

Quadro 22

Atendimento de casos novos, segundo ano, por Direcções Regionais de Atendimento a Toxicodependentes

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1993	1995	1996	1996%
Total Geral	3700	4524	4236	4644	5065	4895	5750	7460	9889	100,0
Norte	923	1939	1453	1716	1357	1948	1765	2102	2755	27,9
Centro	149	275	338	694	913	748	999	1318	1852	18,7
Lisboa e Vale do Tejo	2458	1954	2041	1727	2311	1823	2565	3476	4583	46,3
Sul	170	356	404	507	484	376	421	564	699	7,1

Fonte: GPCCD, Sumários de Informação Estatística – Droga – 1996, Ministério da Justiça, 1997

Verifica-se, ainda, que é na Região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente em Lisboa e Setúbal, onde existe o maior número de casos de SIDA, dos quais cerca de 40% são Toxicodependentes.

Quadro 23

Distritos com maior número de casos diagnosticados com SIDA 1983-1997

	Casos diagnosticados com SIDA					
	Toxicodependentes				Total de casos c/ SIDA	
	HM	%	H	M	HM	%
Portugal	1628		1336	290	3895	
Continente	1621	100,0	1331	288	3840	100,0
Lisboa	883	54,5	730	152	2057	53,6
Porto	332	20,5	266	66	584	15,2
Setubal	204	12,6	178	26	507	13,2

Fonte: GPCCD, Sumários de Informação Estatística – Droga – 1996, Ministério da Justiça, 1997

²¹ Relatório de Actividades - 1997, Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência

Como consequência do crescimento do fenómeno da toxicodependência, o número de mortes causadas por overdose e relacionadas com o consumo de droga tem também aumentado, verificando-se 142 casos em 1994, 196 casos em 1995²² e em 1996 232 casos, dos quais, uma vez mais, mais de metade foram registados em Lisboa pelo Instituto de Medicina Legal de Lisboa (52,2%).

Quadro 24

Mortes devidas a overdose e relacionadas com o consumo de droga, por Institutos de Medicina Legal

	1996	%
Total Geral	232	100,0
Porto	80	34,5
Coimbra	31	13,4
Lisboa	121	52,2

Fonte: GPCCD, Sumários de Informação Estatística – Droga – 1996, Ministério da Justiça, 1997

2. ANÁLISE DOS DADOS DO IOF 1994/95

2.1. A Intensidade da Pobreza na Região de Lisboa e Vale do Tejo

Nesta secção apresenta-se os principais resultados da análise do **Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1994 (IOF/94)**²³, levado a efeito pelo INE.

Neste trabalho, a pobreza foi definida em termos monetários, e a linha de pobreza foi colocada a **50% do rendimento médio equivalente** do país, utilizando-se a designada **escala de equivalência** de Oxford (também conhecida como escala da OCDE) modificada.

Definida de acordo com os critérios referidos, a linha de pobreza situa-se nos 655785 escudos anuais, por adulto equivalente, donde resulta uma taxa de pobreza, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, de 19,4% para os indivíduos e 22,7% para os agregados domésticos privados.

²² Observatório VIDA, Síntese do Relatório Nacional do Fenómeno da Droga, 1996

²³ Agradecemos ao Instituto Nacional de Estatística a disponibilização dos micro-dados do IOF/94.

Quadro 25
Linha de pobreza - indivíduos e agregados familiares no Continente

	%	%
Abaixo da linha de pobreza	19,4	22,7
Acima da linha de pobreza	80,6	77,3
	100	100

Fonte: IOF 94/95

Com uma taxa de pobreza pouco inferior aos 20%, a Região de Lisboa e Vale do Tejo é a primeira região do País em termos de concentração de indivíduos e agregados familiares pobres, sendo, no entanto, a incidência da pobreza ligeiramente inferior à do Continente, tal como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 26
Incidência e distribuição da pobreza – indivíduos e agregados familiares

NUTS II	Indivíduos		Agregados Familiares	
	Incidência	Distribuição	Incidência	Distribuição
Norte	16,9	32,7	19,6	29,3
Centro	24,0	22,6	28,8	24,0
Lisboa e Vale do Tejo	18,2	33,0	21,0	34,3
Alentejo	27,7	8,0	30,8	8,4
Algarve	19,5	3,7	22,5	4,0

Fonte: IOF/94

2.2 Caracterização Geral da População Pobre

De acordo com a metodologia utilizada, a pobreza apresenta-se, essencialmente, como uma carência de recursos económicos, e a linha de pobreza estabelece como que uma descontinuidade ao nível dos rendimentos, a partir da qual os indivíduos não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas.

Daí que a análise da **principal fonte de receita** dos agregados seja de grande pertinência, procurando-se, desta forma, as causas mais directas daquele tipo de carência. Tomando os resultados do IOF 94 para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, verifica-se a seguinte distribuição e incidência (vulnerabilidade).

Quadro 27

Principal fonte de receita dos agregados pobres

		(%)
Principal fonte de receita dos agregados	Distribuição dos agregados pobres	Incidência da pobreza (a)
Pensões	65,6	45,7
Trabalho por conta d'outrem	20,6	8,7
Trabalho por conta própria	6,9	16,2
Outros tipos de rendimento	6,9	11,5 ²⁴
Total	100	

Fonte: IOF/94

(a) Percentagem de agregados pobres no total de agregados correspondentes a cada fonte de receita

Como se pode observar, as duas principais fontes de receita dos agregados pobres são as **pensões** (65,6%) e os **rendimentos do trabalho** (27,5%), com predominância do trabalho **por conta d'outrem** (20,6%). Embora o trabalho por **conta própria exprima uma percentagem mais baixa** (6,9%) **importa sublinhar a sua vulnerabilidade à pobreza**. De facto, a incidência da pobreza neste tipo de receita é a segunda mais elevada (16,2%). Podendo o recurso ao trabalho por conta própria ser uma das estratégias para "fugir" ao desemprego, parece que, nos termos em que é exercida, não está a ser suficientemente eficaz como forma de "escapar" à pobreza.

As pensões pertencem ao domínio redistributivo e dependem, por um lado, da política de Segurança Social e, por outro, da carreira contributiva do pensionista, a qual, por sua vez, depende do valor duração e regularidade dos salários e das contribuições. Diversamente, os rendimentos do trabalho situam-se no âmbito da repartição primária do rendimento, e dependem, sobretudo, do mercado de trabalho, do sistema de salários e da qualificação profissional. **Parece, pois, estarem no mercado de trabalho e na qualificação profissional, áreas em que os Fundos Estruturais poderão trazer uma contribuição válida, dois dos principais eixos de intervenção na luta contra a pobreza.**

Se se comparar a distribuição dos agregados familiares não-pobres por principal fonte de rendimento, verifica-se uma inversão, relativamente ao grupo dos pobres, no que diz respeito às duas principais fontes de rendimento: o trabalho por conta de outrem surge com 57,7%, enquanto que as pensões atingem uma percentagem de 20,7%.

²⁴ Valor aproximado.

A natureza da principal fonte de rendimento dos agregados está, obviamente, muito dependente da condição perante o trabalho dos indivíduos.

Quadro 28

Condição perante o trabalho dos representantes dos agregados familiares

		(%)
Condição perante o trabalho	Distribuição dos agregados pobres	Incidência
Pessoa activa empregada	22,5	8,5
Desempregado - procura novo emprego	5,0	26,5
Doméstica	5,7	44,1
Reformado	63,4	37,6
Incapacitado	1,1	50,0
Outros inactivos	2,3	33,3 ²⁵
Total	100	

Fonte: IOF 94/95

Ao nível da distribuição, salienta-se, uma vez mais, a situação dos reformados (para quem a principal fonte de receita será a pensão) **e as pessoas activas empregadas**, não sendo aqui possível a distinção entre os trabalhadores por conta de outrem e os por conta própria. Quanto à incidência da pobreza nota-se que, apesar da precariedade que caracteriza em muito o mercado de trabalho em Portugal, estar-se inserido nesse mesmo mercado faz diminuir a probabilidade de se ser afectado pela pobreza. Por contra ponto, a população inactiva – incapacitados, domésticas e outros – surge, pese embora a pouca expressão numérica de alguns destes grupos, como particularmente vulnerável aos processos de empobrecimento. Um outro aspecto a considerar diz respeito aos desempregados: **embora apenas cerca de 5% dos pobres estejam em situação de desemprego, a vulnerabilidade dos desempregados à pobreza situa-se acima da média**, para os indivíduos.

As dificuldades de inserção no mercado de trabalho e as formas, mais ou menos precárias, de inserção nesse mesmo mercado estão, cada vez mais, dependentes do nível de instrução dos indivíduos. De acordo com outros estudos realizados sobre a pobreza em Portugal (Ferreira, 1997) o grau de instrução tem vindo a assumir-se como uma variável de importância crescente relativamente à pobreza. Um baixo nível de instrução condiciona,

²⁵ Valor aproximado.

cada vez mais, o acesso ao mercado de trabalho dando, tendencialmente, origem a uma inserção nas profissões pior remuneradas, em condições de trabalho mais precárias, com estatutos socialmente menos prestigiantes. Por outro lado, um baixo nível de instrução condiciona o próprio acesso a uma formação profissional qualificante.

Quadro 29

Nível de instrução dos representantes dos agregados familiares

(%)

Nível de instrução	Distribuição dos agregados pobres	% acumuladas	Incidência
Não sabe ler nem escrever	37,8	37,8	64,5
Sabe ler/escrever sem grau	13,4	51,2	50,7
Ensino primário	41,2	92,4	26,4
Ensino preparatório	4,6	97,0	21,1
Ensino secundário	3,1	100	6,8
Ensino complementar	0,0		-
Cursos médio	0,0		-
Curso superior	0,0		-
Total	100		

Fonte: IOF 94/95

Independentemente das razões enumeradas, é por si só expressivo o facto de mais de 1/3 dos representantes das famílias pobres não saber ler nem escrever, e de 92,4% terem, quanto muito, o ensino primário ou, como actualmente é designado, o 1º ciclo do ensino básico, correspondente aos quatro primeiros anos de escolaridade obrigatória.

Flagrante é, também, a exclusão destes indivíduos dos níveis educacionais mais elevados, os quais configuram uma certa “protecção” ao fenómeno da pobreza. De facto, **a incidência da pobreza nos agregados familiares cujo representante possui um baixo grau de instrução é particularmente elevada** – 64,5% no caso dos representantes que não sabem ler nem escrever; 50,7% entre os que sabem ler/escrever sem grau académico e 26,4% entre os que têm o 1º ciclo do ensino básico.

Para além das repercussões de natureza económica que um baixo nível de instrução acarreta, interessa não esquecer a dependência que está implícita na vida destes indivíduos, a sua posição desigual na vida social (nomeadamente em relação a certos serviços públicos), bem como na acessibilidade a determinados bens e serviços, que fica, à partida, vedada ou, pelo menos, dificultada.

A distribuição etária dos indivíduos pobres – incluem-se aqui não apenas os representantes dos agregados, mas toda a população pobre – revela uma considerável proporção de jovens: 31,7% dos pobres têm menos de 25 anos de idade e 44,3% têm menos de 40 anos. Pode tratar-se de um indicador de uma situação social preocupante, revelando a persistência de um fenómeno e a sua transmissão para as gerações mais novas (estudos realizados têm revelado uma certa propensão para a transmissão da pobreza de geração em geração, como se de uma herança social se tratasse, (Manuela, 1989). Por outro lado, a elevada incidência da pobreza entre os indivíduos com menos de 16 anos aponta para a existência de uma pobreza marcadamente infantil, revelando, uma vez mais, comprometido o futuro destas crianças e o próprio princípio da igualdade de oportunidades, no acesso à escola e no sucesso escolar, por exemplo. As crianças das famílias pobres (sendo, na maior parte dos casos, elas próprias pobres antes de nascerem) pelas condições que marcam a sua existência quotidiana não estarão, certamente, em pé de igualdade com as outras crianças no acesso a um diploma escolar.

Quadro 30

Estrutura etária dos representantes dos agregados familiares e dos indivíduos em situação de pobreza

(%)

Grupos etários	Indivíduos		Representantes dos agregados familiares	
	Distribuição dos indivíduos pobres	Incidência	Distribuição dos agregados pobres	Incidência
Menos de 16 anos	16,0	33,6	-	-
16 - 24 anos	15,7	2,9	0,8	25,0
25 - 39 anos	12,6	18,4	7,6	11,1
40 - 64 anos	26,1	19,5	32,8	13,0
65 e mais anos	29,6	40,6	58,8	38,7
Total	100		100	

Fonte: IOF 94/95

Considerando, novamente, os representantes dos agregados familiares pobres e a sua distribuição etária, já se revela uma acentuada concentração nos grupos de 40 e mais anos – 91,6%, onde 58,8% indivíduos têm 65 e mais anos. A incidência de pobreza apresenta-se mais acentuada nos dois extremos: 16-24 anos (25%) e 65 e mais anos (38,7%)

A pobreza vai afectar particularmente os agregados familiares cujo representante é mulher – a incidência da pobreza entre agregados familiares representados por uma mulher é de 32,7%, contra 24,4% no caso dos agregados familiares representados por um homem. A esta situação não será, certamente, estranho o facto de as mulheres pobres serem ainda menos escolarizadas do que os homens – 33,9% não sabe ler nem escrever (contra 23,6% para a população masculina) – e de, mais frequentemente, se encontrarem fora do mercado de trabalho ou em situações de emprego precário.

Considerando os agregados familiares pobres, podemos verificar a precariedade que caracteriza o seu quotidiano através de alguns indicadores não monetários de privação.

Veja-se nomeadamente que, embora residam na região mais urbanizada do país, 52% daqueles agregados familiares não têm água quente em casa e 26,3% não têm instalações sanitárias no interior do alojamento. Para além disso, é flagrante a distância entre estas famílias e as que se encontram acima do limiar de pobreza. Indicadores que entre os segundos quase não têm expressão, como é o caso da inexistência de sistema de esgotos, atinge 13,0% entre os agregados familiares pobres; acresce a elevada ausência de posse de bens duráveis tão correntes (e necessários) como o frigorífico, por exemplo.

Quadro 31

Indicadores não monetários de privação

(%)

Indicadores não monetários	Agregados familiares abaixo da linha de pobreza	Agregados familiares acima da linha de pobreza
Não tem água quente	52,0	23
Não tem instalações sanitárias no interior	26,3	3,7
Não tem electricidade	5,3	0,4
Não tem cozinha	3,4	0,2
Não tem sistema de esgoto	13,0	0,7
Não tem fogão	1,1	0,2
Não tem frigorífico	13,7	0,8
Não tem TV a cores	23,3	3,3
Não tem carro	81,3	3,1

Fonte: IOF 94/95

3. ANÁLISE DE SITUAÇÕES ESPECÍFICAS

3.1. Representantes dos Agregados no IOF 1994/95

3.1.1. As Mulheres

Da análise dos dados do IOF 94/95 relativos à Região de Lisboa e Vale do Tejo sobressai a situação particularmente desfavorável das mulheres representantes de agregados domésticos face à pobreza. Factores como o nível de instrução, a situação familiar ou a condição perante o trabalho constituem algumas das variáveis-chave que nos permitem melhor descrever e analisar essa situação específica de precariedade que parece afectar de forma mais evidente estas mulheres e os respectivos agregados domésticos.

Quadro 32

Situação dos ADP's face à pobreza consoante o sexo do seu representante

			(%)	
Sexo do representante	Abaixo da linha de pobreza	Acima da linha de pobreza	Total	
	60,7	77,5	74,0	
Homem	17,2	82,8	100	
	39,3	22,5	26,0	
Mulher	31,8	68,2	100	
Total	100	100		
	21,0	79,0	100	

Fonte: IOF 94/95

Se na região de Lisboa e Vale do Tejo cerca de um em cada cinco agregados se encontra em situação de pobreza, quando se analisa o caso particular dos agregados cujo representante é uma mulher, verificamos que esse valor passa para cerca de um em cada três agregados. A vulnerabilidade das famílias representadas por uma mulher torna-se bem evidente, quer em relação aos agregados na sua totalidade, quer - ainda de forma mais óbvia - quando comparada com os agregados cujo representante é homem.

A precariedade destas famílias ressalta melhor quando se analisa a sua posição ao longo da distribuição por decis de rendimento do agregado familiar.

Quadro 33

Situação dos ADP's cujo representante é mulher relativamente à sua posição na distribuição por decis

Situação dos ADP's	Distribuição pelos decis de rendimento dos ADP's										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Abaixo da linha de pobreza	64,1	35,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Acima da linha de pobreza	0,0	1,8	18,6	12,7	13,1	11,8	5,0	11,8	13,6	11,8	100

Fonte: IOF 94/95

Mais de metade dos agregados familiares pobres representados por uma mulher situa-se no primeiro decil de rendimento, o que significa que mais de três em cada cinco destes agregados têm um rendimento liquido total inferior a 503 contos/ano. Encontram-se nesta situação mais de 60.000 agregados residentes na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Uma análise mais fina das características sócio-demográficas do conjunto de mulheres representantes de agregados permite detectar alguns aspectos significativos.

Quadro 34

Situação dos ADP's cujo representante é mulher por grupo etário

Grupos etários	Distribuição (%)		Total
	<u>Abaixo</u> da linha de pobreza	<u>Acima</u> da linha de pobreza	
Menos de 16 anos	0,0	0,0	0,0
16 - 24	50,0	1,9	50,9
25 - 39	20,0	6,8	26,8
40 - 64	20,8	26,2	47,0
65 e mais anos	43,2	65,0	108,2
Total		100	100

Fonte: IOF 94/95

Sobressai, desde logo, o peso das mulheres idosas entre as representantes de agregados pobres (entre as mulheres representantes de agregados pobres 65% têm idade igual ou superior a 65 anos). Simultaneamente, entre os agregados representados por mulheres do mesmo grupo etário, quase metade (43%) encontra-se em situação de pobreza, valor bastante superior aos (já elevados) 32% verificados para a totalidade dos agregados

representados por mulheres. O género e a idade parecem, pois, conjugar-se no sentido de acentuar as situações efectivas de pobreza.

Diferenças de género são também facilmente identificáveis quando se analisa factores como o nível de instrução, a situação familiar, a condição perante o trabalho, entre outros. Da análise conjugada desses dados resultará uma visão mais abrangente da situação de precariedade em que vivem estas mulheres e respectivos agregados, não apenas no que se refere à sua vulnerabilidade ao nível dos recursos económicos, mas também em termos da sua integração social.

Quadro 35

ADP's em situação de pobreza consoante o sexo e nível de instrução do seu representante

(%)

Nível de instrução	Sexo	
	H	M
Não sabe ler nem escrever	32,7	45,6
Sabe ler/escrever sem grau	10,7	17,5
Ensino primário	49,7	28,2
Ensino preparatório	2,5	7,8
Ensino secundário Unificado	4,4	1,0
Ensino secundário Complementar	0,0	0,0
Cursos médios	0,0	0,0
Curso superior	0,0	0,0
Total	100	100

Fonte: IOF 94/95

Se de uma primeira leitura dos dados constantes do quadro acima se torna evidente a predominância – entre os representantes dos agregados pobres – de baixos níveis de instrução, em particular entre as mulheres, um confronto destes valores com os dos representantes de agregados em geral, e dos representantes dos agregados não pobres, em particular, torna as disparidades ainda mais óbvias.

Quadro 36

Representantes dos ADP's sem grau de instrução

(%)

	Representantes dos ADP's		
	ADP's pobres	ADP's não pobres	Total ADP's
Não sabe ler nem escrever ou sabe ler/escrever sem grau	51,2	11,3	19,7

Fonte: IOF 94/95

Com efeito, se se isolar os dois níveis de instrução mais baixos e se comparar a situação dos representantes dos agregados consoante o seu posicionamento face à pobreza, as diferenças são significativas. Cerca de metade dos representantes de agregados pobres ou são analfabetos ou não têm qualquer grau de instrução formal. Entre estes, a situação das mulheres merece particular realce: mais de 60% das mulheres (contra 43% dos homens) não sabem ler nem escrever, ou, sabendo-o, não completaram qualquer grau de instrução.

As implicações deste tipo de debilidades, quer ao nível das condições efectivas em que vivem e trabalham estas populações, quer no que respeita aos seus efeitos sobre as perspectivas e aspirações profissionais destes indivíduos em termos futuros, não podem deixar de constituir importante elemento de reflexão política.

Simultaneamente, não será demais lembrar que a realidade acima ilustrada se refere exclusivamente à Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Uma melhor e mais correcta apreciação da situação particularmente desfavorecida destas mulheres, que constituem – na maior parte dos casos – o principal suporte dos agregados em que vivem, exige que se analise a previsível relação entre os baixos níveis de instrução e a idade.

Tal como já foi referido, verifica-se um maior peso das mulheres idosas entre os representantes de agregados familiares pobres – a média das idades das mulheres pobres representantes dos agregados nos quais vivem, é claramente superior à das mulheres não pobres que também o são, respectivamente, 67 e 59 anos.

Tal facto vai influenciar a forte presença de um baixo nível de instrução entre este grupo, dado que, tal como se pode verificar no quadro 37, são as mulheres mais idosas que apresentam níveis de instrução mais baixos.

Não deixa, porém, de ser significativo que no escalão etário mais jovem, o nível de instrução mais elevado seja o preparatório e que, pelo menos, metade destas mulheres (as que apenas têm o ensino primário) não tenham terminado a escolaridade obrigatória.

Quadro 37

ADP's em situação de pobreza consoante a idade e nível de instrução da mulher representante do ADP

(%)

Nível de instrução	Escalão etário			
	16-24	25-39	40-64	65 e mais
Não sabe ler nem escrever	0,0	0,0	25,9	59,7
Sabe ler/escrever sem grau	0,0	0,0	18,5	19,4
Ensino primário	50,0	14,3	51,9	19,4
Ensino preparatório	50,0	71,4	3,7	1,5
Ensino secund. Unificado	0,0	14,3	0,0	0,0
Ensino secundário Complementar	0,0	0,0	0,0	0,0
Cursos médios	0,0	0,0	0,0	0,0
Curso superior	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100	100

Fonte: IOF 94/95

A maior vulnerabilidade das mulheres a situações de pobreza e de exclusão social comporta, como já foi referido, dimensões de natureza não monetária que, simultaneamente, se constituem com frequência como causa (principal) dessas fragilidades e como reforço dos processos de exclusão e de marginalização.

A análise da situação familiar em que se encontra a maioria destas mulheres constitui um exemplo desse tipo de mecanismos.

Quadro 38

ADP's em situação de pobreza segundo o sexo e a situação familiar do seu representante

(%)

Situação familiar	Sexo	
	H	M
Solteiro	1,9	14,6
Casado	88,0	4,9
Casado com conjuge fora	0,0	2,9
Separado/divorciado	0,6	7,8
Viúvo	9,4	69,9
Total	100	100

Fonte: IOF 94/95

São óbvias as diferenças entre representantes homens e mulheres dos agregados pobres quando se analisa a sua situação familiar: entre as mulheres predominam as viúvas e as solteiras; já entre os homens a situação mais frequente é a de casado.

Encontramo-nos assim perante mulheres que - viúvas, solteiras, separadas /divorciadas ou mesmo casadas com o conjuge fora- têm a seu cargo o agregado que representam, contando para isso, na maior parte dos casos²⁶, apenas com a sua pensão. À precariedade económica resultante, na maioria das situações, dos valores extremamente baixos das pensões, associa-se a ausência de um suporte (também) afectivo e, frequentemente, situações de real isolamento.

Quadro 39

ADP's em situação de pobreza segundo o sexo do seu representante e a dimensão do agregado

(%)

Dimensão do agregado (nº de elementos)	Sexo	
	H	M
Um	8,8	56,3
Dois	47,8	26,2
Três	15,1	7,8
Quatro	14,5	4,9
Cinco	10,1	1,9
Seis e mais	3,8	2,9
Total	100	100

Fonte: IOF 94/95

A dimensão dos agregados pobres representados por homens e por mulheres vem confirmar a maior probabilidade destas mulheres viverem sozinhas, o que acontece em mais de metade destes agregados pobres. Comparativamente à situação dos homens, poderá dizer-se que, em muitos casos, as mulheres passam a representantes dos agregados quando, por morte ou separação (definitiva ou temporária) o elemento masculino do casal deixa de estar presente. Daí, a percentagem muito maior de mulheres na primeira categoria do quadro anterior (agregados com 1 pessoa) e, inversamente, a preponderância dos homens como representantes de agregados nas seguintes categorias (agregados com duas ou mais pessoas).

²⁶ Ver Quadro 27, relativo à principal fonte de receita do agregado.

Quadro 40

ADP's em situação de pobreza segundo o sexo e a condição perante o trabalho do seu representante

(%)

Condição perante o trabalho	Sexo	
	H	M
Pessoa activa empregada	28,9	12,6
Desempregado - procura novo emprego	6,3	2,9
Estudante	0,0	0,0
Doméstica	0,0	14,6
Reformado	62,3	65,0
Incapacitado	0,6	1,9
Outros inactivos	1,9	2,9
Total	100	100

Fonte: IOF 94/95

Embora, de forma alguma, possa constituir surpresa o facto de cerca de quatro em cada seis mulheres representantes de agregados pobres serem reformadas, tendo em conta a estrutura etária já referida, não deixa de merecer particular referência o que isto significa em termos da vulnerabilidade da sua situação, em virtude das características do sistema de pensões no nosso país e da forma como se traduz diferenciadamente para homens e mulheres, atendendo, entre outros factores, ao tipo de percursos profissionais que caracterizam cada um dos sexos²⁷.

Quadro 41

ADP's em situação de pobreza segundo o sexo do seu representante e a principal fonte de receita do agregado

(%)

Principal fonte de receita	Sexo	
	H	M
Trabalho por conta de outrém	24,5	14,6
Trabalhador por conta própria	9,4	2,9
Assistência social	0,6	0,0
Pensões	57,2	78,6
Outros tipos de rendimento	8,2	3,9
Total	100	100

Fonte: IOF 94/95

²⁷ Vide, nomeadamente, Perista, Heloísa et al (1997) **Re-inventar solidariedades: o local como eixo dinamizador do apoio social às pessoas idosas. Que inovação possível?** CESIS (policopiado).

O peso das pensões, enquanto principal fonte de receita dos agregados pobres representados por uma mulher, é bem visível através da leitura dos dados que acima se apresentaram. Para mais de três em cada quatro agregados pobres, a principal fonte de receita é precisamente a pensão dos elementos femininos que representam esses mesmos agregados, enquanto que no caso dos agregados pobres representados por um homem, a dependência da pensão como principal fonte de receita é claramente inferior.

Para estes agregados pobres que dependem, em primeiro lugar, da pensão do seu representante (masculino ou feminino), a média do rendimento líquido **anual** com que podem contar situa-se abaixo dos 500 contos.

Outros indicadores, de natureza não monetária, permitem avaliar de forma mais concreta a situação de privação com que se confrontam estes agregados.

Quadro 42

Indicadores não-monetários – % de privação entre os ADP's pobres

Indicadores não monetários	Mulher como representante	Homem como representante	Total dos ADP's pobres
Condições de habitabilidade (infra-estruturas)			
Não tem água quente	53,3	50,9	52,0
Não tem instalações sanitárias no interior do alojamento	23,3	28,4	26,3
Não tem electricidade	5,8	5,0	5,3
Não tem sistema de esgoto	7,8	16,4	3,0
Posse de bens duráveis			
Não tem fogão	1,0	1,3	1,1
Não tem frigorífico	14,6	13,2	13,7
Não tem tv a cores	27,2	20,8	23,3
Não tem telefone	47,6		
Não tem carro	94,2	73,0	81,3

Fonte: IOF 94/95

3.1.2. Reformados

Inúmeros estudos (Bruto da Costa et al: 1985; Bruto da Costa: 1992; Perista: 1993; Barreiros: 1996; Perista et al: 1997) têm salientado a forte relação entre a condição de – e mesmo a transição para a situação de – reformado e os processos de empobrecimento e marginalização social.

Também a este nível é possível, através da análise dos dados do IOF 94/95 relativos à Região de Lisboa e Vale do Tejo, confirmar essa situação de particular vulnerabilidade da população reformada e respectivos agregados face à pobreza.

Quadro 43

Situação dos ADP's face à pobreza consoante a condição perante o trabalho do seu representante

	Reformado	Não reformado	Total
Abaixo da linha de pobreza	37,6	11,9	21,0
	63,4	36,6	100
Acima da linha de pobreza	62,4	88,1	79,0
	28,0	72,0	100
Total	35,5	64,5	100

Fonte: IOF 94/95

Uma vez mais, se torna evidente a situação particularmente desfavorável dos agregados representados por um(a) reformado(a), quer relativamente à totalidade dos agregados, quer relativamente aos agregados representados por um não reformado. A incidência da pobreza entre os reformados é cerca de três vezes superior àquela que se regista para os agregados representados por um não reformado.

A gravidade da situação de precariedade económica destas famílias torna-se ainda mais notória quando se analisa a sua posição ao longo da distribuição dos agregados por decis de rendimento.

Quadro 44

Situação dos ADP's cujo representante é um reformado relativamente à sua posição na distribuição por decis

Situação dos ADP's	Distribuição pelos decis de rendimento dos ADP's										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Abaixo da linha de pobreza	60,2	39,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Acima da linha de pobreza	0,0	5,1	17,0	14,9	14,1	10,9	9,4	8,7	11,2	8,7	100

Fonte: IOF 94/95

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, três em cada cinco destes agregados têm um rendimento líquido total inferior a 503 contos/ano. Encontram-se nesta situação mais de 90.000 agregados residentes nesta região²⁸.

²⁸ Vide ponto anterior relativo aos valores médios mensais do rendimento líquido disponível dos agregados pobres representados por homens e mulheres reformados.

Quadro 45

Situação dos ADP's cujo representante é um reformado segundo a dimensão do agregado

(%)

Dimensão da família (nº de elementos)	<u>Abaixo</u> da linha de pobreza	<u>Acima</u> da linha de pobreza	Total
Um	51,2	39,2	22,5
Dois	38,1	46,4	48,8
Três	17,5	6,6	61,9
Quatro	24,0	3,6	18,8
Cinco	18,8	1,8	6,9
Seis e mais	44,4	2,4	81,2
Total	100	55,6	2,4
		100	100

Fonte: IOF 94/95

Pelo que respeita a agregados representados por reformado, embora se mantenha um peso significativo de agregados compostos por apenas um único elemento entre os agregados pobres (39%), a situação mais frequente é a do agregado composto por dois indivíduos.

Porém, se a incidência da pobreza entre os indivíduos reformados que vivem sós apresenta o valor mais elevado (mais de metade dos reformados que vivem isolados estão em situação de pobreza), também os agregados compostos por seis ou mais elementos cujo representante é um reformado são particularmente afectados por situações de pobreza (mais de dois em cada cinco agregados com esta dimensão são pobres).

A situação familiar em que vivem estes reformados que têm a seu cargo os respectivos agregados, contém elementos de continuidade face à situação das mulheres representantes de agregados, embora também alguns elementos de ruptura.

Quadro 46

Situação dos ADP's cujo representante é um reformado consoante a sua situação familiar

(%)

Situação familiar do representante	Abaixo da linha de pobreza	Acima da linha de pobreza	Total
Solteiro/a	45.8	54.2	100
Casado/a	31.8	68.2	100
Casado/a com conjugue fora	0.0	100.0	100
Separado/divorciado	18.2	81.8	100
Viúvo/a	48.3	51.7	100
Total	100	100	100

Fonte: IOF 94/95

Embora se continue a verificar uma elevada percentagem de viúvos/as entre os representantes reformados em situação de pobreza (48%), a categoria mais representada entre os pobres é a dos casados/as. De qualquer forma, e uma vez mais é de salientar a elevada incidência de pobreza entre os representantes reformados/as cuja situação familiar se caracteriza pela ausência de um/a companheiro/a, ou seja, os viúvos/as e os solteiros/as. Uma vez mais, a dependência do sistema de pensões surge como evidente factor de vulnerabilidade à pobreza.

Esse é precisamente um dos aspectos que é possível confirmar através da análise do quadro que se segue, relativo à principal fonte de receita dos agregados representados por um reformado.

Quadro 47

Situação dos agregados cujo representante é um reformado consoante a principal fonte de receita

(%)

Principal fonte de receita do ADP	Abaixo da linha de pobreza	Acima da linha de pobreza
Trabalho por conta de outrem	4,2	19,2
Trabalho por conta própria	1,8	1,4
Assistência social	0,0	0,7
Pensões	90,4	64,1
Outros tipos de rendimento	3,6	14,5
Total	100	100

Fonte: IOF 94/95

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo, a quase totalidade (90%) dos agregados pobres representados por um reformado têm como principal fonte de receita pensões.

Compostos por um ou mais núcleos familiares, estes agregados pobres vêm-se confrontados com situações graves de privação decorrente não apenas da sua dependência do sistema de pensões, mas frequentemente da necessidade de fazer face a situações graves de saúde (associadas à idade avançada destes representantes e do tipo de percursos profissionais que caracterizaram a sua vida activa) e de condições deficientes ao nível do alojamento.

Quadro 48

Indicadores não-monetários – % de privação entre os ADP's pobres

Indicadores não monetários	Reformado como representante	Total dos representantes
Condições de habitabilidade (infra-estruturas)		
Não tem água quente	56,0	52,0
Não tem instalações sanitárias no interior do alojamento	31,9	26,3
Não tem electricidade	6,0	5,3
Não tem sistema de esgoto	16,9	3,0
Posse de bens duráveis		
Não tem fogão	1,8	1,1
Não tem frigorífico	15,7	13,7
Não tem tv a cores	28,3	23,3
Não tem telefone	51,2	50,0
Não tem carro	88,0	81,3

Fonte: IOF 94/95

A situação particularmente desfavorável dos agregados pobres cujo representante é um reformado relativamente a indicadores não monetários de privação é notória, quando se analisam os dados constantes do quadro acima.

Com efeito, a situação de privação daqueles agregados é, **em todos os itens**, claramente mais acentuada relativamente à totalidade dos agregados pobres. Particularmente relevantes são os valores relativos às condições de habitabilidade com que se confrontam estes agregados, dada a natureza básica dos itens seleccionados e o facto de a unidade de referência territorial a que se reportam ser precisamente a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Também os elevados valores de privação no que se refere ao telefone, merecem um destaque particular no contexto de vida dos reformados, indivíduos frequentemente vivendo isolados, com idades avançadas e, em muitos casos, com problemas de saúde.

3.1.3. Idosos

À semelhança dos reformados, também os idosos constituem um grupo particularmente vulnerável a situações de pobreza e exclusão social. Aliás, existe entre os dois grupos uma significativa sobreposição (cerca de 85% dos representantes de agregados com 65 e mais anos são simultaneamente reformados representantes dos agregados), pelo que a análise dos idosos como representantes dos agregados será aqui referenciada apenas nos seus aspectos mais relevantes.

Quadro 49

Situação dos ADP's face à pobreza consoante o sexo do seu representante

Sexo do representante	Abaixo da linha de pobreza		Acima da linha de pobreza		Total
Homem	35,8	56,5	64,2	63,9	61,1
Mulher	43,2	43,5	56,8	36,1	38,9
Total		100		100	

Fonte: IOF 94/95

Neste grupo, a variável género surge, novamente, como factor diferenciador quanto à vulnerabilidade a situações de pobreza. Duas em cada cinco mulheres idosas representantes de agregados encontram-se abaixo da linha de pobreza. O facto de cerca de 57% dos agregados pobres serem representados por idosos, e de esse idoso ser um homem, prende-se com a existência de uma maior percentagem de homens "classificados" como representantes dos agregados (61% *versus* 39% de mulheres representantes).

Entre os agregados pobres representados por um idoso, verifica-se uma maior probabilidade desse agregado se situar no primeiro (o mais baixo) decil de rendimento (62% dos agregados pobres representados por um idoso encontram-se precisamente nessa posição).

Não será igualmente de estranhar que, entre as características mais relevantes destes representantes idosos, se encontrem as seguintes:

- baixo nível de instrução (mais de 70% dos idosos representantes de agregados pobres não têm qualquer nível de instrução formal, contra 25% entre os idosos representantes de agregados acima da linha de pobreza);
- percentagem elevada de idosos pobres residindo sozinhos (43% dos idosos representantes de agregados em situação de pobreza vivem sozinhos, contra 28% entre os não pobres);
- forte incidência de pobreza entre os agregados representados por um/a idoso/a viúvo/a (47% encontra-se abaixo da linha de pobreza);
- forte dependência do sistema de pensões (94% dos agregados pobres representados por um idoso situam-se abaixo da linha de pobreza);
- maior nível de privação no que se refere às condições de habitabilidade, superiores entre os agregados pobres representados por um idoso (mesmo comparados com o nível de privação neste domínio para os agregados representados por mulheres ou por reformados).

3.1.4. Jovens – grupo particularmente vulnerável?

A juventude é uma fase de transição da vida dos indivíduos, em direcção à idade adulta, que se caracteriza pela coexistência de várias transições: da escola para o trabalho; da casa dos pais para casa própria; do estado de solteiro para o de casado; da família de origem para a família de procriação.

As dificuldades crescentes que, de modo geral, se têm colocado na integração no mercado de trabalho, têm-se reflectido na vida dos jovens – a taxa de desemprego juvenil, por exemplo, é muito superior à verificada na população total, pese embora um nível de instrução possivelmente mais elevado entre os jovens.

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo, os jovens (15-24 anos) têm tido, desde 1981, um peso relativamente constante entre a população residente situando-se a percentagem em 15,5%, em 1995. Isto significa que na **Região concentrava-se cerca de 33% da população jovem residente no Continente.**

Quadro 50
**Estrutura etária da população residente em Lisboa e Vale do Tejo
 1981–1995**

	1981	1991	1995	1995 – % em relação ao Continente
0 - 14	23,2	18,1	15,9	32,3
15 - 24	14,8	15,5	15,5	33,6
25 - 39	21,9	21,1	53,9(a)	36,6
40 - 64	29,5	32,0		
65 e mais	10,6	13,2	14,7	34,8
Total	100	100	100	

Fonte: Recenseamento Geral da População 1981 e 1991; Anuário Estatístico – 1996

(a) Grupo etário dos 25-64 anos.

Já no ano de 1996, entre a faixa etária dos 14 aos 24 anos, a taxa de desemprego era de 22,1%, bastante mais elevada do que a que se verificou no Continente, para o mesmo grupo – 16,7% – e muito superior à registada para a população da Região, em geral – 8,9%. Dito de outra forma, na Região de Lisboa e Vale do Tejo 32,8% dos desempregados são jovens, o que significa que nesta Região se situa 43% do desemprego juvenil existente no Continente.

Quadro 51
**Desemprego juvenil
 1996**

	Região de Lisboa e Vale do Tejo		Continente		"Peso" do desemprego na RLVT no Continente
	Taxa de desemprego	Os jovens entre a população desempregada	Taxa de desemprego	Os jovens entre a população desempregada	
Pop total	8,9	100	7,3	100	43
14-24 anos	22,1	32,8	16,7	31,4	43

Fonte: Anuário Nacional de Estatística, 1996

As dificuldades acrescidas dos jovens na inserção no mercado de trabalho, as quais se manifestam particularmente na Região de Lisboa e Vale do Tejo, tal como se pode verificar no quadro anterior, têm contribuído para retardar a entrada na vida activa e, concomitante, para um prolongamento da vida escolar, por vezes como estratégia para adiar essa mesma entrada.

Esta estratégia não é, porém, accionada do mesmo modo por todos os jovens. Para alguns ela é anulada, ou reduzida, pela necessidade de começar a trabalhar, ainda que esse trabalho possa ser marcado pela precariedade em diversos aspectos.

Tomando os dados resultantes do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF 94) para o grupo dos 16 aos 24 anos, verifica-se que cerca de 43% dos jovens pertencentes a agregados familiares pobres, já não se encontram a estudar, face a uma percentagem de 36% para os jovens não pobres.

A diferença entre aquelas duas percentagens torna-se mais significativa quando se verifica que, embora se trate da mesma faixa etária, **os jovens pobres apresentam uma média de idades relativamente mais baixa – 19,2 anos – enquanto que a média do outro grupo é de 20 anos.**

Quadro 52

Situação dos jovens face à frequência do ensino

				(%)
	Frequenta tempo inteiro	Frequenta tempo parcial	Não frequenta	Total
Jovens pobres	53,6	3,6	42,9	100
Jovens não pobres	60	4	36	100

Fonte: IOF 94/95

Apesar de os elementos que constam no referido inquérito não permitirem saber a idade exacta com que estes indivíduos deixaram a escola, parece possível afirmar que os que se inserem em agregados familiares pobres abandonaram a escola mais cedo, tendo em conta o nível de escolaridade alcançado.

Com efeito, entre os **jovens pobres, 35% dos que já deixaram a escola fizeram-no sem terem completado sequer os seis anos de escolaridade obrigatória**; esta percentagem **entre os jovens não pobres é de 17,8%**. Aponta-se, assim, para a posse de níveis de instrução mais elevados por parte deste segundo grupo e, como tal, para uma saída da escola mais tardia.

Considerando o total dos jovens da **Região de Lisboa e Vale do Tejo, 8,8% dos situados entre os 16 e 24 anos deixaram a escola sem terem sequer o diploma da escolaridade obrigatória.**

Quadro 53

Jovens que deixaram a escola, de acordo com o nível de instrução concluído

									(%)
	Não sabe ler nem escrever	1º ciclo	2º ciclo	Secundário unificado	Complementar	Curso Profissional	Curso médio	Curso superior	Total
Jovens pobres	2,5	32,5	32,5	27,5	5,0	-	-	-	100
Jovens não pobres	1,6	16,2	41,1	24,3	13,0	1,1	1,1		1,6
Total	1,8	19,1	39,6	24,9	11,6	0,9	0,9		1,3

Fonte: IOF 94/95

As percentagens apresentadas surgem como particularmente gravosas para os jovens, em especial para os jovens de agregados familiares pobres, numa sociedade em que o nível de instrução se define como um vector de segmentação do mercado de trabalho e de produção de desigualdades. Há ainda que considerar a **crecente importância de um baixo nível de instrução, no que diz respeito à vulnerabilidade à pobreza** de indivíduos e agregados familiares. De acordo com o estudo realizado por Leonor Ferreira, a incidência da pobreza aumentou significativamente, entre 1980/81 e 1989/90, nos agregados familiares cujo representante era um indivíduo que ou não sabia ler nem escrever ou tinha, apenas, a instrução primária/1º ciclo do ensino básico (Ferreira, 1997).

O abandono precoce do sistema de ensino referido acima, radica em vários factores, desde os de natureza económica e cultural dos agregados familiares, até a aspectos que se prendem com o funcionamento do próprio sistema de ensino, ainda pouco atento à pluralidade de situações sócio-económicas e étnico-culturais que compõem actualmente o corpo discente. Sendo um acto de ruptura com a escola (que em muitos caso é difícil de inverter), o abandono escolar é o culminar de um processo que se inicia com a acumulação de insucessos durante o percurso escolar.

Quando se analisa os jovens que ainda se encontram a estudar, verifica-se uma **grande percentagem de jovens pobres – 65,8% – que frequentam, no máximo, o 2º ciclo do ensino básico** quando, tendo em conta a idade destes jovens, este nível de ensino já

deveria estar concluído. Estas situações existem igualmente entre os jovens não pobres, no entanto, em percentagem mais baixa (28%).

No total, **35% dos jovens que ainda se encontram na escola já conheceram o insucesso escolar entendido este como a repetição de, pelo menos, um ano lectivo.**

O facto de os jovens pertencentes a agregados familiares pobres terem deixado a escola mais cedo e de tendencialmente se iniciarem na vida activa também mais precocemente, não constitui factor de facilidade/estabilidade na integração no mercado de trabalho. Com efeito, olhando para a condição perante o trabalho dos jovens inquiridos no IOF, entre os pobres a percentagem de activos com emprego é de 13%, enquanto que entre os jovens não pobres esta mesma percentagem é de cerca de 28%²⁹.

Quadro 54
Condição perante o trabalho da população jovem

	Jovens pobres	Jovens não pobres	Total (%)
Pessoa activa com emprego	13,1	27,9	25,6
Desempregado - 1º emprego	13,1	5,1	6,3
Desempregado - novo emprego	7,1	4,0	4,5
Serviço Militar Obrigatório	2,4	0,9	1,1
Inactivos:			
Estudante	52,4	59,1	58,0
Doméstico	2,4	0,9	1,1
Incapacitado	-	0,7	0,6
Outros	9,5	1,5	2,8
Total	100	100	100

Fonte: IOF 94/95

Por outro lado, entre os primeiros, o desemprego atingia cerca de 20% dos jovens, enquanto que, no segundo grupo, os desempregados eram 9%. Há que ter ainda em conta que o desemprego entre os jovens pobres só não é mais elevado porque se constata, entre estes, uma maior percentagem de domésticos (2,4%, contra 0,9%), sendo este, provavelmente, um estatuto de “refúgio” que serve, sobretudo, a população feminina.

²⁹ Recorda-se, que os primeiros apresentam uma média de idades mais baixa – para os jovens pobres que se encontram a trabalhar a idade média é de 20,7 anos face a uma média de idades de 21,5 anos para os jovens não pobres.

Analisando, ainda, o desemprego, verifica-se que parte significativa do mesmo corresponde à procura de um novo emprego (41%, para o total do grupo 16-24 anos). Esta percentagem é mais baixa entre os jovens pobres (35%) revelando-se, porventura, uma maior dificuldade, por parte destes indivíduos em encontrarem uma primeira oportunidade de emprego, facto ao qual não serão alheios os seus já referidos níveis de instrução, genericamente baixos.

Apesar de tudo, parece ser mais expressivo o número dos que procuram um novo emprego, apontando-se para uma tendência, já revelada por outros estudos, onde o desemprego juvenil se assume, cada vez mais, como um fluxo de entradas e saídas do mercado de trabalho, passando-se por períodos mais ou menos curtos de desemprego entre cada actividade profissional (Detry, e Cardoso, 1996).

3.2. Minorias Étnico-Culturais

A inclusão neste estudo de um capítulo dedicado às minorias étnico-culturais prende-se, antes de mais, com o reconhecimento da existência de uma forte concentração na Região de Lisboa e Vale do Tejo de população estrangeira, nomeadamente de população africana, cujas condições de vida surgem marcadas por acentuada precariedade a diversos níveis.

Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras relativos a 31 de Dezembro de 1994, do total de estrangeiros residentes em Portugal, 54% concentram-se na região de Lisboa e Vale do Tejo, valor esse que sobe para 67% quando se considera apenas a população africana oriunda dos PALOP's.

Dados provenientes da mesma fonte, mas relativos a 31 de Dezembro de 1996, dão-nos conta de que 64% do total de estrangeiros com residência legalizada em Portugal se encontram nos distritos de Lisboa e Setúbal. Cerca de 45% dos estrangeiros residentes em Portugal têm nacionalidade referente a um dos países dos PALOP's.

Considerando ainda estes distritos de Lisboa e Setúbal, verifica-se que 58% dos estrangeiros aí residentes são população africana oriunda dos PALOP's, entre os quais se salienta uma significativa presença de população caboverdiana (53%).

A esta elevada concentração espacial na Região de Lisboa e Vale do Tejo corresponde uma distribuição desigual desta população entre os diferentes concelhos e uma clara segregação espacial, visível na sua concentração em zonas urbanas degradadas e núcleos de habitação social.

Quadro 55

Comunidades provenientes dos PALOP, residentes em bairros degradados e núcleos de habitação social nos distritos de Lisboa e Setúbal 1994

	Residentes em Portugal (a)		Residentes em bairros degradados/habitação social (b)	
	v.a.	%	v.a.	% b/a
Comunidade Angolana	13.589	19,7	12.309	90,6
Comunidade Caboverdiana	36.560	53,0	40.804	111,9*
Comunidade Guineense	10.828	15,7	7.423	68,6
Comunidade Moçambicana	4.186	6,1	2.440	58,3
Comunidade São Tomense	3.782	5,5	3.231	85,4
Comunidades Africanas	68.945	100	66.513	96,5

(a) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, dados relativos a 31 de Dezembro de 1994.

(b) Cachada, Firmino et al (1995) Os números da imigração africana, Cadernos CEPAC/2, Lisboa, DEDIAP/CEPAC

Nota: Os valores observados deverão ser lidos no contexto das diferentes fontes de que foram retirados, isto é, no caso da população residente em Portugal, trata-se de população legalizada, enquanto que, no que se refere à população a residir em bairros degradados ou habitação social, estão incluídos todos os residentes, legalizados ou não.

Pela análise do quadro acima, é possível confirmar os elevados níveis de segregação espacial a que se encontram sujeitas estas comunidades, na medida em que a sua quase totalidade (97%) se encontra a residir em zonas habitacionais precárias, quanto às condições dos alojamentos, das infra-estruturas, dos equipamentos de apoio, das acessibilidades, aspectos que configuram, afinal, um quadro de vida extremamente degradado e marginalizado do ponto de vista da sua inserção – social e urbanística – no tecido urbano envolvente.

A inexistência de estudos que, de uma forma global, incidam sobre a realidade das condições de vida das populações imigradas na região de Lisboa e Vale do Tejo, dificulta a análise desta realidade.

Neste sentido, houve necessidade de recorrer ao único estudo que, embora datado de 1991, permite a análise mais completa possível da situação das minorias étnicas pobres residentes em Lisboa³⁰. Os restantes estudos identificados relativos às minorias étnicas

³⁰ Bruto da Costa, Alfredo e Pimenta, Manuel (Coord.) (1991) **Minorias Étnicas Pobres em Lisboa**, CML/DPS, CRC (mimeo).

residentes na região de Lisboa, consistem em estudos de comunidades específicas e/ou de núcleos residenciais espacialmente circunscritos, pelo que não serão aqui objecto de análise.

Tendo por objectivo principal o estudo da situação sócio-económica das minorias étnicas residentes em bairros degradados de Lisboa (concelho) e das freguesias contíguas dos concelhos limítrofes a norte (Amadora, Loures e Oeiras), o estudo *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, incidiu sobre indivíduos e famílias pertencentes às comunidades Caboverdiana, Angolana, Moçambicana, Sãotomense, Guineense, Timorense, Indiana e Cigana.

No âmbito do referido trabalho, foram identificados 130 núcleos de habitat degradado em Lisboa e arredores, onde residem indivíduos e famílias pertencentes a estas comunidades. Atendendo a estimativas anteriores (SILVA et al: 1989) que apontavam para mais de 50 mil o número de pessoas pertencentes às comunidades em estudo, foi construída uma amostra representativa de 1061 famílias à qual foi aplicado um questionário.

Este estudo veio demonstrar que, para além de apresentar uma forte incidência de privação a nível não monetário, esta população pode ser classificada, mediante a utilização de variáveis monetárias, como vivendo em situação de pobreza, já que cerca de 90% das famílias inquiridas apresentavam níveis de rendimento/despesa inferiores à linha de pobreza absoluta calculada.

Comuns a todas as comunidades estudadas são os problemas de integração, quer ao nível da habitação, quer ao nível do trabalho.

No caso da habitação, ressalte-se a situação das famílias face ao espaço disponível:

- “dos alojamentos com uma divisão, cerca de 70% são ocupados por famílias de 3 ou mais elementos e 40% por famílias de 5 ou mais pessoas;
- nos alojamentos com 2 divisões, cerca de 60% albergam famílias de 4 ou mais indivíduos e cerca de um terço, famílias de dimensão superior a 6 elementos.” (Bruto da Costa e Pimenta: 1991, 20).

A falta de condições sanitárias no interior dos alojamentos, bem como a carência de equipamentos domésticos, constituem problemas igualmente identificados entre a generalidade das comunidades inquiridas.

Já no que se refere às condições de inserção laboral destas comunidades, é de referir o facto de que, embora com taxas de actividade masculina elevadas (81%), a situação laboral da maioria dos indivíduos inquiridos se caracteriza por níveis elevados de

precariedade e de vulnerabilidade. Entre os vários aspectos referidos, são de destacar os seguintes:

- mais de metade dos indivíduos do sexo masculino trabalhava no sector da construção e obras públicas;
- cerca de duas em cada três mulheres entrevistadas trabalhavam nos serviços pessoais e domésticos;
- analisando o perfil das profissões dominantes, verifica-se que quatro categorias concentram mais de três quartos dos entrevistados: operários especializados da construção civil, trabalhadores indiferenciados, vendedores ambulantes e empregados de serviço doméstico;
- cerca de 47% dos trabalhadores por conta de outrem não tinham qualquer vínculo contratual;
- 70% dos trabalhadores por conta de outrem referem ser habitual fazer trabalhos extra, ao mesmo tempo que quase um terço dos entrevistados que se encontravam a trabalhar tinha horários abaixo das 40 horas semanais;
- cerca de 35% dos trabalhadores por conta de outrem não recebiam subsídio de natal e/ou de férias.

Se a habitação e a situação perante o trabalho evidenciam elementos de alguma homogeneização (e marginalização) da generalidade das minorias étnicas pobres residentes em Lisboa, convirá realçar aqui o facto de se estar em presença de comunidades entre as quais se destacam importantes heterogeneidades.

O percurso migratório e os modos de inserção no país de acolhimento são dois dos aspectos onde essa diversidade se torna mais facilmente detectável.

No primeiro caso, destaquem-se os percursos e motivações diferenciadas da migração caboverdiana, iniciada nos finais da década de 60, face aos timorenses, angolanos e moçambicanos, mais tarde chegados a Portugal. Se no primeiro caso predominaram motivações de natureza económica e laboral, no segundo caso, foram sobretudo motivações de natureza política, bem como a descolonização, que mais pesaram sobre a decisão de emigrar. “Dois casos distintos, que provocam duas atitudes e dois modos de inserção também desiguais: a comunidade caboverdiana, de longa tradição migratória, mais antiga do que qualquer das outras, tem reconstituído a sua cultura crioula, em comunidades congregadas espacialmente, numa ligação forte à sua terra natal. Diversamente, nos outros casos, a perda de ligações, a impossibilidade de regressar e o

desenraizamento sentido, além do menor número e maior dispersão espacial, contribuíram para uma atitude e expectativas diferentes, em relação ao modo de vida presente”. (Bruto da Costa e Pimenta: 1991, 10).

No segundo caso, os modos de inserção social nas áreas de acolhimento prendem-se com factores diversos. De acordo com o estudo que se tem vindo a referir, “o facto de trabalharem maioritariamente por conta de outrém (caso dos caboverdianos, por exemplo) ou por conta própria (indianos e ciganos), o facto de viverem sós (em casas colectivas) ou no seio de uma rede apertada de parentes e conterrâneos, o facto de habitarem casas construídas (ou auto-modificadas) e maleáveis aos ritmos e costumes quotidianos e às alterações das dimensões do grupo doméstico, ou em andares rígidos em blocos de cimento de realojamento – são tudo elementos que alteram profundamente os comportamentos sociais e as representações de cada comunidade” (ibidem, 12).

A inexistência de estudos actualizados e englobantes sobre os processos de inserção social das minorias étnicas na região de Lisboa, constitui um importante factor limitativo à compreensão dos fenómenos da pobreza e da exclusão social, cuja ausência é de certa forma surpreendente dado o reconhecimento da multi-etnicidade como uma das características mais marcantes do espaço urbano na região de Lisboa.

Não tendo sido possível, no âmbito do presente estudo dados os seus objectivos e condições de base para a sua realização, encetar aqui esse trabalho, espera-se terem ficado, contudo, mais claras a importância e inevitabilidade desse esforço.

3.3. Os Sem-Abrigo³¹

O conceito de «sem-abrigo» proposto por Avramov, tem um sentido mais amplo do que o que lhe é dado na linguagem corrente. Inclui não apenas: i) pessoas sem casa (que dormem em sítios impróprios, como a rua, vãos de escada, etc.): ou ii) vivendo em alojamento «não-convencional» ou de «outro tipo» (contentores, celeiros, tendas, etc.), mas também: iii) pessoas sob *stress* habitacional severo (devido à sobrelotação, e/ou condições habitacionais impróprias), ou, ainda: iv) mal ou temporariamente alojadas (em abrigos, lares, asilos ou anexos hospitalares). O presente estudo aborda apenas a situação de dois daqueles tipos de sem-abrigo: os sem-abrigo no sentido restrito, correspondentes às alíneas i) e ii), nesta secção, e os que vivem em habitat degradado, já referidos na secção anterior.

³¹ Este capítulo foi, em grande parte, retirado de um estudo elaborado por A. Bruto da Costa, para a FEANTSA.

Se bem que a distinção entre as situações de sem-abrigo e de habitação degradada (ou más condições de alojamento) pareça importante, a perspectiva conjunta acima proposta é útil para se não limitar a noção de «sem-abrigo» apenas ao que corresponde à sua forma mais extrema.

Os estudos realizados no país, sobre a situação dos sem-abrigo, ressentem-se de três tipos de limitações: são relativamente recentes e, conseqüentemente, não consentem a análise da evolução do fenómeno ao longo do tempo; circunscrevem-se a grupos e locais limitados, não permitindo generalizações nem uma ideia compreensiva da realidade; e, em terceiro lugar, a comparabilidade dos resultados dos diversos estudos é prejudicada pela diversidade dos grupos-alvos e metodologias.

As estimativas do número de sem-abrigo em Lisboa, nos meados dos anos noventa variam entre 2500³² e uma faixa entre 2000 e 3500³³. Uma vez que esses valores são da mesma ordem de grandeza, podemos tomá-la por referência. Os dois estudos que apontam aqueles valores (Figueira et al., 1995 e Bento et al., 1996) facultam um perfil das respectivas amostras de indivíduos sem-abrigo.

Figueira e seus colegas definem os sem-abrigo como “todos os indivíduos que não têm tecto para pernoitar, embora ocasionalmente consigam resolver a sua situação nocturna através da mendicidade, apoio institucional ou recursos esporádicos” (p. 26). Como os autores salientam, a definição exclui pessoas vivendo em barracas e outras formas de habitação precária, bem como pessoas que vivem em instituições a longo prazo. Trata-se, pois, de sem-abrigo em sentido restrito, correspondente à sua forma mais extrema. As entrevistas tiveram lugar na rua, entre Novembro de 1992 e Maio de 1995.

Bento e seus colegas não definem os sem-abrigo. A equipa entrevistou 156 pessoas que dormem na rua. As entrevistas decorreram durante o período de Setembro de 1994 e Setembro de 1995, no decurso do qual a equipa esteve em contacto com os inquiridos.

Procuraremos, de seguida, avaliar a situação recorrendo a ambos esses estudos³⁴.

Pelo que respeita à **composição** dos sem-abrigo, os principais achados são os seguintes:

- uma larga maioria (75% a 80%) dos sem-abrigo é constituída por homens (porém, dados recolhidos em instituições que tratam dos sem-abrigo parecem identificar proporção de mulheres superior à indicada (Figueira et al.));

³² FEANTSA, 1993, citado por Figueira et al. (1995), p. 24.

³³ Bento et al., 1996, p. 3.

³⁴ Deve salientar-se que ambos os estudos apresentam taxas de não-respostas apreciáveis nalgumas questões.

- em média, os homens são mais jovens do que as mulheres (idades médias de 48 anos e 54 anos, respectivamente). A estrutura etária evidencia uma percentagem relativamente baixa de **jovens** (5% a 7% dos indivíduos tinham 25 anos ou menos), mas uma proporção apreciável de **adultos jovens** (41% a 43% tinham 45 anos ou menos); entre 11% e 19% tinham idade superior a 65 anos e, segundo Figueira et al., cerca de 43% tinham mais de 55 anos (32% segundo Bento et al);
- de modo geral, os sem-abrigo têm **baixas qualificações**: 18% a 20% eram analfabetos ou não tinham frequentado a escola e 78% não tinham mais do que a 4ª classe. Porém, 13% tinham o curso secundário ou estudos médios-superiores³⁵. A situação das mulheres era comparativamente pior do que a dos homens. De modo geral, a proporção dos sem-abrigo com algum tipo de formação profissional não excedia os 25%;
- os indivíduos pertencentes a **minorias étnicas**, designadamente provenientes das ex-colónias, representavam 13 a 15% da amostra. Embora superior à proporção no total da população, essa percentagem não parece particularmente expressiva (pelo menos 85% dos indivíduos eram “brancos”, entre os quais 1 a 2 pontos percentuais correspondiam a pessoas de outros Estados-membros da UE);
- cerca de 60% dos sem-abrigo eram **solteiros**, 19 a 23% eram casados ou tinham um parceiro, 9% eram divorciados e 8% viúvos. As principais diferenças na distribuição do estado civil dos homens e das mulheres residia na maior proporção de solteiros entre homens do que entre mulheres (65% e 43%, respectivamente) e maior percentagem de viúvas do que de viúvos (20% e 5%, respectivamente);
- quase 1/3 dos sem-abrigo não tinha bilhete de identidade. Esta proporção era mais elevada entre homens (35%) do que entre mulheres (19%);
- 80% dos inquiridos eram desempregados, 12% eram reformados, 5% tinham um emprego temporário e apenas 4% tinham um emprego permanente. A maioria (61%) tinha tido um emprego irregular no ano anterior;
- cerca de 50% dos inquiridos declararam não estar em boa saúde, e 13% tinham alguma forma de deficiência. Cerca de 28% a 34% tinham doença mental. Pelo que respeitadas às mulheres, quase metade das inquiridas (47%) sofria de doença mental;

³⁵ Para os níveis secundário e superior, as percentagens em Bento et al. São mais baixas. Ambos os estudos tiveram taxas altas de não-respostas neste ponto respeitante ao nível de instrução (entre 24% e 43%).

- no estudo de Figueira et al., os aspectos relacionados com o consumo de álcool e droga e com os casos judiciais apresentam uma taxa muito elevada de não-respostas (cerca de 60%), pelo que não podem ser considerados. Bento et al. têm uma taxa de não-respostas muito inferior (15%), e apresentam alguma informação relevante. Segundo este último estudo, o número conjunto total de inquiridos afectados por doença mental, alcoolismo ou toxicoddependência representava 82%³⁶;
- a larga maioria (75%) dos inquiridos dormia na rua. Os restantes 25% pernoitava em locais diversos: escadas, edifícios, automóveis ou autocarros, estações e, em pequena proporção (7%), em abrigos para os sem-abrigo;
- o contexto de vida anterior apresenta diferenças e também semelhanças entre homens e mulheres. Assim, 30% dos homens, e nenhuma das mulheres, vivia só; a proporção dos que (presumivelmente jovens) viviam anteriormente com os pais é relativamente semelhante para homens e mulheres (17% e 13%, respectivamente); a percentagem dos que viviam com um parceiro (casados ou não) era de 34% para mulheres e de 21% para homens; acresce que 21% das mulheres, e apenas 1% dos homens, viviam com crianças;
- pelo que respeita ao tipo de alojamento anterior, metade dos inquiridos vivia numa casa³⁷. Cerca de 13% vivia numa pensão, 8% num quarto, 8% em barraca e 1% numa casa clandestina;
- Inquiridos quanto ao factor que os conduziu à presente situação, as respostas variam amplamente, sendo as mais representativas o despejo (11%), desemprego (19%) e problemas familiares (11%)³⁸. Também é interessante verificar as percentagens comparativamente baixas de altas de hospitais psiquiátricos (menos de 1%), toxicoddependência (4%), alcoolismo (2%), ou ex-reclusos (3%).

Um terceiro estudo de Borges, sobre os frequentadores do Refeitório dos Anjos (Misericórdia de Lisboa)³⁹, refere a saúde (38%), o desemprego (22%) e os problemas

³⁶ Estes valores referem-se ao conjunto de doença mental, alcoolismo e toxicoddependência. Não é claro quanto à existência de dupla contagem nos casos com dois problemas (alcoolismo+tóxicoddependência, etc.).

³⁷ Não há referência às características da habitação.

³⁸ Outros 6% referem-se a “problemas relacionais”, e outros 5% a “problemas comportamentais”, que o relatório não especifica, não sendo claro se também poderiam ser considerados como “problemas familiares”.

³⁹ Este estudo decorreu entre Maio de 1993 e Janeiro de 1995. Entre os inquiridos contam-se sem-abrigo, no sentido restrito (74%), pessoas vivendo em alojamento instável (13%), e pessoas vivendo em alojamento estável (casas, 12%, e barracas, 2%).

familiares (21%) como os principais factores identificados pela população inquirida como desencadeadores da presente situação.

Finalmente, e de acordo com Figueira et al., as necessidades de integração socio-profissional dos sem-abrigo inquiridos passam prioritariamente pela possibilidade de arranjar emprego (36%), de arranjar casa (17%) ou pela institucionalização (11%).

CONCLUSÃO

Algumas notas finais, embora breves, de reflexão e balanço da análise que, ao longo dos capítulos anteriores, foi sendo desenvolvida, sempre com o objectivo de contribuir para um estudo actualizado sobre a pobreza e a exclusão social em Portugal e, em particular, da pobreza urbana, com base na situação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Um primeiro elemento de reflexão dirigido à questão da importância da disponibilidade e do acesso à informação. Não se tratando de uma questão nova, ela revelou-se, uma vez mais, crucial na dinâmica e na própria estruturação do trabalho desenvolvido.

Cientes da necessidade de produzir conhecimento, que não se compadece com os longos períodos de reflexão, amadurecimento e concretização académicas, torna-se imperioso criar os mecanismos que permitam um fácil acesso à informação existente que não dependam (quase exclusivamente) da mobilização urgente de “solidariedades” mais ou menos informais, e adequar as necessidades de obtenção desse conhecimento às condições efectivas e possíveis do trabalho a realizar.

O estudo que aqui (parcialmente) se finaliza procurou, através de um esforço que poderíamos designar de “patchworkiano”, integrar as múltiplas dimensões de análise da pobreza urbana, dando-lhes uma consistência e contextualização teórico-metodológica adequada aos objectivos do trabalho. A análise foi direccionada num múltiplo sentido: compreender o fenómeno da pobreza urbana no contexto de um país, em clara situação de desvantagem face ao espaço europeu em que se insere; compreender o fenómeno da pobreza na região de Lisboa no contexto de crescimento e consolidação do seu próprio território; analisar as dimensões quantitativas e qualitativas das manifestações de pobreza em meio urbano; e traduzir e ilustrar essas mesmas dimensões em aspectos concretos que afectam directamente as vidas das populações que, no espaço urbano da região em causa, quotidianamente (sobre)vivem neste espaço profundamente fragmentado e desigual.